



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 38

II Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 30 de novembro de 2017

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves (substituída no decorrer da sessão pela Deputada Graça Silva) e Deputado Jorge Jorge*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 14 minutos

No último dia, destinado à votação da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 13/XI – “Plano Anual Regional para 2018](#) e [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/XI – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2018”](#), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as André Bradford (*PS*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), André Rodrigues (*PS*), Renata Correia Botelho (*PS*), Zuraída Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Luís Maurício (*PSD*), Graça Silveira (*CDS-PP*), Carlos Silva (*PS*), Manuel Pereira (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Carlos Ferreira (*PSD*), Sónia Nicolau (*PS*), Rui Martins (*CDS-PP*), Susana Costa (*PS*), Mário Tomé (*PS*), Mónica Seidi (*PSD*), Tiago Branco (*PS*), Roberto Monteiro (*PS*), Dionísio Faria Maia (*PS*), Isabel Quinto (*PS*), Manuel Ramos (*PS*), Bárbara Chaves (*PS*), António Vasco (*PSD*), João Bruto da Costa

(PSD), Francisco César (PS), António Lima (BE), José Ávila (PS), Maria João Carreiro (PSD) e Iasalde Nunes (PS), bem como a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*), os Srs. Secretários Regionais da Agricultura e Florestas (*João Ponte*), da Saúde (*Rui Luís*), Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Submetidas à votação, as iniciativas legislativas em apreço foram aprovadas, tanto na generalidade como em votação final global, por maioria.

Proferiam declarações de voto os/as Srs/as Deputados/as Zuraída Soares (BE), Artur Lima (CDS-PP), Mónica Seidi (PSD), André Bradford (PS) e Paulo Estêvão (PPM).

De seguida foi aprovado por unanimidade o [relatório da CAPAT referente ao pedido de levantamento de imunidade parlamentar do Deputado João Paulo Valadão Corvelo, a fim de ser constituído arguido no âmbito do processo de inquérito n.º 16/17.8T9SCF.](#)

Por fim, foi colocada à votação a **proposta de deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de novembro**, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 13 minutos.

Presidente: Muito bom dia a todos.

Vamos dar início hoje às votações do Plano e Orçamento Regional para 2018.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa, o favor de fazer a chamada.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira **Luís**

André Jorge Dionísio **Bradford**

André Cláudio Gambão **Rodrigues**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Dionísio Medeiros Faria e **Maia**

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Iasalde Fraga **Nunes**

João Paulo **Ávila**

João Vasco Pereira da **Costa**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Manuel Gregório de **Ávila**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Maria de **Fátima** Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Mário José Diniz **Tomé**

Miguel António Moniz **Costa**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Roberto Lúcio Silva Pereira **Monteiro**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Susana Goulart **Costa**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria João Soares **Carreiro**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário

Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos então, como disse no início, iniciar as votações. Os tempos disponíveis e que foram definidos pela Conferência de Líderes, são os seguintes:

PS e o Governo Regional, dispõem de 40 minutos;

PSD, 30 minutos;

CDS-PP, 17 minutos;

BE, 12 minutos;

PPM, 10 minutos.

Vamos então iniciar as votações, com a votação na generalidade, da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 13/XI – “Plano Anual Regional para 2018”**.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional, “Plano Anual Regional para 2018”, foi aprovada na generalidade com 29 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Passamos então agora às votações na especialidade.

Alerto, como é habitual, que a votação será feita quanto às propostas de alteração para as respetivas ações e depois no final votaremos cada um dos programas.

Vamos começar a votar as propostas de alteração apresentadas para o programa 1.

A primeira proposta que deu entrada é do PPM, proposta de alteração à ação 1.4.1 por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente eu pedia um intervalo de 2 minutos para reorganização de trabalhos, há aqui uma desorganização...

Presidente: Sra. Deputada, então vamos por partes.

Vamos repetir primeiro a votação e depois ...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Não. Primeiro o intervalo e depois do intervalo, Sra. Deputada, repetimos esta votação em relação ao programa 1? Era isso que também pedia? Muito bem!

O intervalo regimental é de quanto tempo, Sra. Deputada?

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Vamos talvez então fazer um intervalo de 5 minutos, para ser mais lógico.

Interrompemos por 5 minutos então.

Eram 10 horas e 23 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares porque vamos dar início às votações.

Eram 10 horas e 34 minutos.

Vamos então, conforme foi solicitado na interpelação à Mesa pelo BE, repetir a votação que tínhamos feito relativamente ao programa 1.

Sr. Deputado André Bradford, pede a palavra para uma interpelação?

Deputado André Bradford (PS): Para uma intervenção tem a palavra.

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado André Bradford (PS): Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para transmitir à Casa, que o PS reconhece a legitimidade e a importância desta proposta de alteração, referente à modernização e reforma da Administração Pública Regional, apresentada pelo PPM, aliás tem sido empreendido a esse propósito um esforço neste sentido de modernizar e reformar, aproximando-a do cidadão.

Temos um património relevante nesta matéria, mas reconhecemos que qualquer ímpeto que possa ser dado para que esse esforço prossiga é válido e deve ser valorizado, por isso associamo-nos à proposta.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora, também, a uma proposta de alteração apresentada pelo PPM, de alteração da ação 1.7.3, por contrapartida da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos agora votar o programa 1, com a alteração que aprovámos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O programa anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 19 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE.

Presidente: Iniciamos agora as votações do programa 2.

Coloco à votação, em primeiro lugar, uma proposta do CDS, que cria a ação 2.1.14 ...

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de alteração surge, porque consideramos que há uma resposta que é necessária dar aos produtores de S. Jorge.

O matadouro de S. Jorge é o mais antigo da Região, temos vindo sempre a crescer, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem! Temos vindo a crescer!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... com melhor carne, com maior número de abates, portanto consideramos que já chega de remendos, é necessário um novo matadouro para a Ilha de S. Jorge.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado André Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputada André Rodrigues (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. Srs. Membros do Governo:

O PS irá votar contra esta proposta, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que tristeza! O de São Jorge é uma vergonha!

O Orador: ... porque nos últimos anos e na anterior Legislatura, têm prosseguido investimentos importantes na modernização do matadouro da Ilha de S. Jorge, um investimento superior a 600 mil euros e nesta Legislatura o compromisso foi continuar esse mesmo investimento na modernização do atual matadouro.

O Sr. Secretário, em Comissão de Economia, e também aqui no seu discurso nesta Casa, referiu que irá prosseguir esses mesmos investimentos no ano de 2018, que as verbas estão inscritas na rede regional de abate, na ação 2.1.6, com

um investimento à volta de 180 mil euros na certificação do matadouro e na melhoria das abegoarias.

Continuaremos, assim deste modo também, a cumprir os nossos compromissos para com os jorgenses

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É pena um jorgense dizer isso!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

É pena ouvir, o que acabei de ouvir, por parte de um Deputado eleito pelo círculo de S. Jorge e a verdade é que sabemos que tem saído obras, mas não passam de remendos. A verdade é que temos crescido, sabemos que tem dado uma resposta, mas à semelhança do que tem acontecido noutras ilhas e pelo trabalho que tem sido feito, acima de tudo pelos produtores, pelo crescimento que temos tido, merecemos um matadouro novo e já chega de remendos que sabemos que não vêm solucionar os problemas que temos, vem solucionar a questão para uma eventual certificação, de uma forma a curto prazo.

Portanto, nós jorgenses merecemos um matadouro novo!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Para quando o Sr. Deputado André Bradford for a São Jorge comer boa carne!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Bom dia a todos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Até que enfim vai falar!

O Orador: Só uma nota, aliás ontem tive oportunidade de clarificar, mas gostava de deixar aqui mais uma nota sobre o matadouro de S. Jorge.

Sra. Deputada, não se trata de os jorgenses merecerem ou não o novo matadouro, o que interessa para o Governo é que o matadouro atualmente responde àquilo que são as necessidades do setor. É verdade que tem crescido o número de abates no matadouro de S. Jorge. As infraestruturas atuais dão resposta.

O Governo Regional, no passado, investiu e bem na modernização do matadouro na área do frio, está a investir neste momento, vai investir no próximo ano com o aumento da abegoaria e com as obras que são necessárias para a certificação do matadouro, como tal da parte do Governo estamos a dar resposta àquilo que são as necessidades do setor.

Agora, a questão do novo matadouro, como também já foi dito, neste momento o PRORURAL não permite candidaturas, já esgotámos a verba relativa aos investimentos nos matadouros, como tal não será possível construir um matadouro novo, é um dossier que, naturalmente, o Governo irá acompanhar e quando se justificar será feito um novo matadouro, mas não neste quadro.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação desta proposta de criação de uma nova ação, como pude referir por contrapartida da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora a uma proposta do PSD, criação da ação 2.1.14, por contrapartida da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração do PPM, reforço da ação 2.2.13, por contrapartida da 14.12.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A próxima proposta de alteração é do BE ...

Sra. Deputada Renata Correia Botelho, tem a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como se sabe esta é uma matéria, e sabem-no bem as associações que operam neste âmbito, as açorianas e os açorianos que acompanham esta matéria, que este é um tema em que o PS se tem empenhado muito, quer na pessoa do Governo Regional, quer enquanto Grupo Parlamentar.

É central para o PS acompanhar o passo civilizacional e humanista que esta matéria encerra.

Como se sabe também, esta rubrica foi criada pelo PS, a nossa luta centra-se na raiz do problema, olhando-o de frente e avançando passo a passo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Portanto, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Deputado do BE, sejam bem vindos a esta rúbrica.

É com muito gosto que o PS fará aprovar esta proposta de alteração que só deixa mais vincada a perseverança, a tenacidade do PS nesta matéria.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quatro patas bom, duas patas mau!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para deixar claro o seguinte: a luta que a Sra. Deputada Renata Botelho acabou de referir, não é igual à nossa!

Portanto, nós não somos nem bem vindos, nem mal vindos, porque as lutas são diferentes!

A nossa é a sério, é consequente e tem objetivos claros. A vossa é para entreter!

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta questão, e utilizando a referência de ontem, não se trata de quatro patas bom, duas patas mau!

Trata-se, fundamentalmente de aplicar um conjunto de legislação que já foi aprovada aqui nesta Casa. O PPM sobre esta matéria já remeteu três pedidos de informação, três requerimentos. O último requerimento que dirigimos ao Governo e que o Governo respondeu mostra que a aplicação da legislação, nomeadamente em relação à esterilização dos animais, está atrasadíssima.

Portanto o empenho do PS pode ser retoricamente muito grande, os resultados concretos que até ao momento foram alcançados são muito pouco significativos.

Evidentemente, que o PPM apoia e revê-se nesta preocupação do BE.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho, tem a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma linha apenas.

Ao PS importa que esta matéria avance, importa que esta matéria avance de forma consistente, e perdoem-me, não importa exatamente o que aqui se diz.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao PPM importa que a legislação que aqui é aprovada seja aplicada, que apareçam medidas concretas, que o Governo tenha a energia para implementá-la e que a fiscalize, na prática.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A Sra. Deputada, tem à sua disposição os relatórios de execução destas medidas, deviam lhe importar muito, Sra. Deputada, porque demonstra que o PS e o Governo Regional, nesta matéria, não avançou nada! Isso é que lhe devia importar!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quatro patas, mau!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Quatro patas, bom, duas patas, mau!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

(Apartes inaudíveis)

Sras. e Srs. Deputados, agradeço algum silêncio para passarmos à votação.

Proposta de alteração do BE, à ação 2.2.14, por redução da 4.1.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 4 votos contra do CDS-PP.

Presidente: A próxima proposta é do PPM, cria a ação 2.2.17, por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração apresentada pelo PSD, cria a ação 2.3.5, por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Próxima proposta de alteração é apresentada pelo PPM, altera a ação 2.4.3, por redução da 14.12.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos então agora votar o programa 2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O programa 2 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Entramos agora nas votações ao programa 3.

A primeira é a do PSD, cria uma ação 3.2.12, por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A próxima proposta é também do PSD, cria a ação 3.2.13, por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A próxima proposta de alteração é do PPM, altera a ação 3.3.6, por redução da 14.12.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Apesar de ser sobre a mesma matéria, vou colocar à votação a proposta de alteração do PSD, porque ainda assim os valores são diferentes.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, à ação 3.3.7, por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Por último a proposta de alteração apresentada pelo PPM, à ação 3.4.3 ...

Sr. Deputado Luís Maurício, pede a palavra para uma intervenção?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para justificar o sentido de um conjunto de votações do PSD, a partir deste momento, relativamente a algumas das propostas do PPM e do BE, não em função das ações que propõem, mas porque não concordamos relativamente às contrapartidas que alimentam estas mesmas ações.

No caso do PPM, todas aquelas que são relativas às contrapartidas encontradas no âmbito do protocolo celebrado com a diocese; no caso do BE, em todas as contrapartidas que têm a ver com incentivos ao sistema empresarial.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então votar a proposta de alteração apresentada pelo PPM, à ação 3.4.3, por redução da 6.8.11.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 4 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD e 2 abstenções do BE.

Presidente: Passamos agora a votar o programa 3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O programa 3 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Passamos agora ao programa 4.

Proposta de alteração apresentada pelo PPM, à ação 4.3.4, por redução da 6.8.11.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS-PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vou colocar agora à votação a proposta do PSD, também para esta ação, mas porque se tratam de valores diferentes tenho que a colocar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração apresentada pelo PSD, para a ação 4.3.5, por contrapartida da 4.1.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, para a ação 4.3.7, por contrapartida da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora a uma proposta do CDS, cria a ação 4.3.8.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS considera que é fundamental, qualificar a mão de obra na área do turismo, temos que ter quadros com formação especializada, portanto achamos que deveria haver um estágio para formados em turismo que lhes permita criar experiência fora da Região e que assim possam melhor servir quando regressarem.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional reconhece a importância do turismo, exatamente por isso aumentou as verbas referentes ao turismo em cerca de 18% e tem desenvolvido neste âmbito da formação, em parceria com a escola hoteleira, com a Câmara de Comércio, com a ARESP, diversas formações, exatamente para qualificar o turismo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este estágio que nós propomos seria um estágio tipo estágio ERASMUS, à semelhança de um Estagiar L, mas em que a primeira fase desse estágio, os primeiros seis meses na época baixa na Região, seriam feitos na Macaronésia, noutros hotéis, onde poderiam ganhar experiência.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação desta nova ação, por contrapartida da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Também para a criação de uma nova ação está agora à votação a proposta do PSD, por contrapartida da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta do PSD para a criação de uma ação 4.3.9, por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos então agora a votar o programa 4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O programa 4 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Passamos agora às propostas de alteração ao programa 5.

A primeira que coloco à votação é a do BE, que propõe alterar a ação 5.1.7, por redução da 14.12.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Manuel Pereira, pede a palavra para alguma interpelação à Mesa?

Tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Era para perguntar se agora é a proposta do PS, 5.1.8?

Presidente: Não. Agora vai ser colocada à votação a proposta de alteração do PSD, à mesma ação 5.1.7, porque apesar de ser do mesmo teor, refere-se a valores diferentes.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A importância da construção da Rede Europeia da Estação Geodinâmica na Ilha das Flores, com a construção de uma antena, é para a Ilha das Flores muito importante.

Portanto, entendemos que deve ser destacada porque prevê criar, quando estiver em funcionamento, cerca de dez postos de trabalho qualificados. Para uma ilha como a Ilha das Flores, consideramos de importância muito relevante.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação desta proposta de criação de ação, 5.1.8, apresentada pelo PS, por contrapartida da 5.3.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos então agora à votação do programa 5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O programa 5 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Passamos agora ao programa 6.

A primeira proposta de alteração é do BE à ação 6.1.4, por redução da 14.13.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração apresentada pelo PSD, à ação 6.1.12, por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Também do PSD, coloco agora à votação a proposta de alteração à ação 6.1.13, por contrapartida da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora para a proposta do PPM, cria a ação 6.1.21, por redução da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A próxima proposta é do PSD, cria a ação 6.1.21, por contrapartida da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A próxima ação é de criação também, apresentada pelo PPM, cria a ação 6.1.22, por contrapartida da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: A próxima proposta, também de criação, é do PPM, cria a ação 6.2.2, por contrapartida da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de criação de uma ação 6.3.3, por contrapartida da dotação provisional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão que é o proponente.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta questão preocupa-me bastante, outros partidos políticos, da oposição, já apresentaram diversas iniciativas, por exemplo o BE um estudo sobre esta matéria, eu tenho a sensação que não estamos a fazer aquilo que devíamos fazer e é o flagelo que está a aumentar.

É necessário aumentar o combate ao consumo de drogas, de forma eficaz, implementar um plano ambicioso e tenho a certeza absoluta que estamos a falhar nessa matéria, nomeadamente o Governo Regional, que é quem tem as competências e os recursos para poder executá-lo de forma concreta.

Portanto, o PPM propõe um plano, um plano eficaz para combater o problema da toxicodependência dos Açores, que é um problema crescente e é um problema que começa a ter uma proporção descontrolada nos Açores, a atingir proporções descontroladas nos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom, só para esclarecer a câmara e os açorianos que o PPM não propõe um plano, o PPM propõe dinheiro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores não têm?

O Orador: Quem o ouviu dava a ideia que o senhor tinha uma solução mágica para o problema e que vinha aqui apresenta-la com um calendário, com medidas, com ações, com uma lógica de atuação das entidades públicas, isso não é verdade! O que o senhor veio aqui fazer foi: atire-se 500 mil euros para cima do problema.

Este problema é real, preocupante em todas as sociedades e também na nossa. É um problema que exige das entidades públicas todo o esforço de acompanhamento das famílias que, infelizmente, são vítimas deste flagelo e todo o esforço de prevenção, para que cada vez menos pessoas caiam neste drama que é a toxicodependência, mas isso deve ser feito de forma responsável e seria responsável vir aqui apresentar um plano. Pôr 500 mil euros em cima do problema, não é um plano!

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Que eu saiba há uma Direção Regional que tutela exatamente essa matéria e esses problemas, aliás, criada com popa e circunstância.

Que eu saiba, também, a eficácia dessa Direção Regional, está no sentido inverso ao das drogas: enquanto a droga tem uma eficácia que é notória, a Direção Regional tem uma eficácia que não é notória.

Portanto, Sr. Deputado André Bradford, é preciso dinheiro para combater esse flagelo que existe nas escolas dos Açores, que a Secretaria Regional da Educação não faz nada e fecha os olhos; que a Secretaria Regional da Saúde

não faz nada e fecha os olhos e vende-se droga à porta das nossas escolas e dentro das nossas escolas e os senhores continuam a assobiar para o lado. Isso é de uma gravidade extraordinária, Sr. Deputado André Bradford!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: Sras. Deputadas, isso é de uma gravidade extraordinária!

Mas há uma coisa que os senhores já ganharam um prémio nobel, eu já disse há dias, aliás foi ganho na República, quando os senhores fazem um plano, mas não lhe põem dinheiro, quando os senhores fizeram um PREIT e não lhe puseram dinheiro, ou seja, os senhores conseguem executar ações sem ter verba para executá-las! Portanto o senhor não quer dinheiro para executar um plano de combate às drogas: para pagar a polícia para estar à porta das escolas, para pagar vigilantes para ver como é que se passa, etc., etc..

O senhor não quer combater esse flagelo! Os senhores têm uma Direção Regional que é ineficaz, que não faz nada! A droga continua a vender-se à porta e dentro das nossas escolas! Essa é a realidade, Sr. Deputado Bradford e a sua intervenção foi um pouco abaixo de triste, que aqui fez!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(Pausa devido a problema técnico)

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço que me seja descontado o tempo do início da intervenção, devido a este problema técnico.

Eu gostava de lhe dizer o seguinte, Sr. Deputado André Bradford: o que é irresponsável é o que Vs. Exas estão a fazer, que é virar a cara para o lado em relação a este problema!

O que é irresponsável é não fazer nada, como Vs. Exas. estão a não fazer!

O que é irresponsável é não dar a este problema a prioridade que tem que lhe ser dada! Isso é que é irresponsável!

Eu digo que quero um reforço de 500 mil euros para combater este flagelo nas escolas. Diz o senhor: eu quero um plano!

Eu dou-lhe o plano: ações de formação nas escolas, que não estão a ser feitas; vigilância nas escolas, com a contratação de auxiliares para a vigilância do espaço escolar que os senhores têm desvalorizado e têm diminuído os quadros da escola, para que esta vigilância se faça.

Aqui tem um plano onde existe esta preocupação: a sensibilização dos jovens para combater este flagelo; que sejam reforçadas as medidas de segurança nas escolas, Sr. Deputado! Aqui tem um plano!

O que Vs. Exas. têm feito ao longo de todo este tempo, e o seu Governo, é ver o problema crescer, de forma descontrolada e não fazer nada! Isso é que é irresponsável, porque a vossa irresponsabilidade, a vossa incompetência está a prejudicar muitas famílias açorianas e a colocar o futuro de muitos jovens em causa, devido a este flagelo. Isso é que é irresponsável!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não consigo atingir nem metade do grau de populismo e de demagogia do Sr. Deputado Paulo Estêvão nesta matéria.

Para mim, para a nossa bancada e para este Governo, esta matéria é uma matéria séria, preocupante, faz parte das missões mais importantes dos poderes públicos na Região: desta Assembleia, do Governo, das autarquias, de toda a gente que tem responsabilidades eleitorais, que foi eleita pelos cidadãos para se preocupar e tentar resolver estas matérias. Portanto, sobre isso, nenhuma dúvida.

O que eu disse e que foi a apreciação que nós fizemos à sua proposta, e vou voltar a dizer, é que o senhor não apresenta nenhum plano para resolver a toxicodependência.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor sabe o que é um plano?

O Orador: O senhor quer que saia desta Assembleia, e para fora desta Assembleia, a ideia de que o senhor tem um plano para resolver o problema da toxicodependência e o senhor não tem um plano para resolver o problema da toxicodependência ...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: ... como ninguém tem um plano, toda a gente tenta, toda a gente implementa e desenha planos ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os senhores não têm um plano! Não têm solução!

O Orador: ... toda a gente tem feito o esforço de procurar resolver, mas ninguém tem a solução mágica. Não tem aqui, como não tem a nível nacional, como não tem no mundo!

Portanto, vamos ser ponderados, sérios nas matérias que são sérias, que exigem ponderação.

Populismo e demagogia, eu não consigo acompanhar o Sr. Deputado, portanto foi essa a nossa justificação para o sentido de voto. Que fique bem claro!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para um protesto, tendo em conta que o Sr. Deputado acusou-me de demagógico e populista.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Dispõe de 3 minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para si é uma crítica política? Para mim quando me chamam de demagógico e populista, é um insulto Sr. Deputado! É um insulto, Sr. Deputado!

O que lhe quero dizer é que numa matéria destas, que preocupa todos os açorianos, todos os açorianos e todas as famílias, o que o senhor acabou de dizer é que todos nós, eu próprio sou populista e demagógico quando me preocupo por esta questão e falo nesta questão do combate às drogas, Sr. Deputado!

Deputado Francisco César (PS): Isso é um protesto?

Presidente: Sr. Deputado, por favor tenha calma!

O Orador: Sra. Presidente, eu sinto-me tremendamente ofendido, eu e as famílias açorianas ...

Presidente: Mas tem que manter a calma, Sr. Deputado!

O Orador: Sra. Presidente, eu estou evidentemente exaltado porque esta questão é uma questão de muita, muita importância para muita gente. Esta questão encerra muitas tragédias familiares, muitos tragédias de jovens açorianos, por isso é evidente que eu tenho que estar exaltada com esta questão, porque eu vejo dia após dia, mês após mês, ano após ano o problema a agravar-se e a não se fazer nada, por isso eu tenho que estar preocupado ...

Deputado André Bradford (PS): Isso mesmo é demagogia!

O Orador: ... mas isso não tem nada a ver com populismos e demagogia.

O senhor diz: ninguém tem a solução! Alguém tem que ter a solução e o Governo é que tem que ter essa solução!

Deputado André Bradford (PS): Qual é a sua solução?

O Orador: O senhor não pode esperar que neste Parlamento, os Deputados que aqui se sentam digam: não há solução! Nós não temos solução!

Se não têm solução, deixem de governar! Desistam de governar, porque os outros têm soluções e acabei de lhe apresentar aqui um programa de reforço para combater este problema.

Digo-lhe uma coisa, nem que fosse apenas pelo princípio, Sr. Deputado e o princípio é este: há um problema crescente, há um problema cada vez maior e o que é que nós temos que fazer? Aumentar os recursos para combatê-lo e já lhe disse, volto a dizer-lhe, sensibilizando nas escolas, garantindo a segurança das escolas e desenvolvendo esse tipo de programas, Sr. Deputado.

Presidente: Sr. Deputado, tem que se cingir ao protesto.

O Orador: Termino, Sra. Presidente, dizendo o seguinte: Sr. Deputado André Bradford, não leve o debate para o insulto pessoal como V. Exa. está a fazê-lo.

Eu peço-lhe que não chame demagógicos a quem não pensa da mesma forma que V. Exa.

Eu peço-lhe para não chamar populistas a quem não pensa da mesma forma que V. Exa.

Eu peço-lhe que o senhor se abstenha aqui de insultar os Deputados que não pensam da mesma forma que V. Exa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford, quer usar da palavra para um contraprotesto?

Deputado André Bradford (PS): Eu não queria, mas agora quero, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado. Dispõe de dois minutos.

Deputado André Bradford (PS): De quem ontem tratou esta bancada como sendo um conjunto de porcos, ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Exatamente!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não!

Deputado Pedro Moura (PS): Isso é que é um insulto!

O Orador: ... vindo de quem ontem fez metáforas animais ...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: ... com a tradição política e com as personagens que encarnaram o passado político do PS, sentir-se ofendido por ser considerado demagogo e populista, está tudo dito, os açorianos já perceberam onde é que cada um se posiciona e o que é que cada um é capaz de fazer para ter razão política!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra se inscrever?

Então peço-lhe que aguarde mais um pouco, tem duas inscrições antes de si.

Sr. Secretário Regional, tem agora a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Rui Luís*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas um contributo para o debate, já que foi feita referência à questão da toxicodependência e da Direção Regional da Prevenção e Combate às Dependências, para esclarecer o seguinte: já anteontem na minha intervenção tive a oportunidade de vos transmitir a nossa preocupação relativamente a essa temática e tudo aquilo que nós estamos a fazer para combatê-la.

É um problema que evidentemente não tem uma solução de um dia para o outro e é preciso uma estratégia clara, concertada, multigovernamental, multidisciplinar e nós tivemos um compromisso sério com a Assembleia e tivemos uma discussão bastantes proativa, aquando da Proposta de Resolução do BE, relativamente ao estudo, e nessa altura dissemos claramente e foi comumente aceite por todos que era necessário fazer o estudo aprofundado e está a realizar-se o estudo, em fevereiro teremos um relatório preliminar para cumprir com a determinação da Assembleia, ele terminará em julho e aí sim, com todos os elementos que nós teremos, sérios, deste estudo que está a ser efetuado, teremos um plano concreto de ação ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Não colhe!

O Orador: ... que foi o compromisso que nós fizemos nesta Assembleia, na altura dessa discussão.

No entanto, também anunciei aqui um conjunto de medidas que já estão a ser tomadas, quer na área da prevenção, quer na área do acompanhamento aos tratamentos, quer na área da dissuasão das toxicodependências.

Nós já começámos este ano um programa nas escolas, no ensino primário, onde formámos já cerca de 100 professores, onde já estão a ser feitas ações concretas com quase três mil ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é preciso dinheiro para isso? A verba é só para aquela coisa chamada PROSUCESSO?

O Orador: Nós temos verba, Sr. Deputado! Nós temos verba no programa próprio, no programa 8 nós temos verba para essas ações.

Portanto, nós estamos a agir e isto é uma ação que é preciso concertada entre todos nós. Ninguém está parado e queremos de forma muito ativa contribuir para a resolução deste problema.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Saúde: Sr. Deputado André Bradford, um assunto como V. Exa. disse, e o Sr. Secretário referiu, com esta seriedade, um assunto que exige não pode ser tratado como os senhores o tratam. É um assunto muito sério, que necessita de um combate permanente, objetivo, que é coisa que os senhores não fizeram e eu vou justificar por que é que eu estou a dizer isto.

Se bem me lembro, para citar aqui o meu conterrâneo Vitorino Nemésio, e também se bem se lembra o Sr. Deputado Roberto Monteiro - o meu caro Roberto, Ex-Presidente da autarquia da Praia da Vitória ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Mayer!

O Orador: ... a quem eu costumo chamar de Mayer – de 2008 /2012, ter sido criada a Direção Regional das Toxicodependências e ter sido exatamente transferida para o concelho da Praia da Vitória e funcionou na Praia da Vitória entre 2008 e 2012, no velho Governo de Carlos César.

O que é que fez o novo Governo de Vasco Cordeiro em 2012? Extinguiu a Direção Regional das Toxicodependências ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Estava tudo resolvido!

O Orador: ... e agora o novo ciclo de Vasco Cordeiro, volta a criar a Direção Regional das Toxicodependências.

Oh, meus senhores, isso não se combate aos soluços! Não se combate conforme o gosto! A droga é um problema sério, real e presente no dia a dia das escolas, portanto não é conforme eu quero um governo pequenino ou um governo grande ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... não é conforme eu quero mais ou menos uma Direção Regional e os senhores é que andam a brincar com o problema.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Ora tem Direção Regional, ora não tem Direção Regional, ora tem Direção Regional, ora tem programa de combate ...

Oh Sr. Deputado André Bradford, havia – não me quero enganar no nome – um programa regional entre 2008 e 2012, de prevenção e combate às dependências. Houve! Qual foi o resultado, Sr. Deputado? Qual foi o resultado, ou esqueceu-se disso?

Portanto, não pode vir acusar de demagogia quem naturalmente se preocupa com esse problema! Quem andou efetivamente a negligenciar esse problema foi o Governo Regional dos Açores!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: Essa é que é a realidade!

Deputado André Bradford (PS): É a sua opinião!

O Orador: Não é a minha opinião, são factos, Sr. Deputado!

Ora tem Direção Regional, ora não tem Direção Regional e o que vos move não é o problema, é a política, é se politicamente é correto ter ou não ter uma Direção Regional. Não é o combate ao problema e essa é a diferença, Sr. Deputado André Bradford!

Já agora, aquele protocolo que os senhores tinham com o IDT, acho que já mudou de nome, mas com o Instituto da Droga e da Toxicodependência, como é que foi? Como é que está? Já não acabou também, Sr. Deputado? Em que é que ficamos? O combate é determinado e sério ou andamos a brincar ao combate às dependências e às toxicodependências?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Grande intervenção!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS-PP e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não tenho muito tempo, não o posso gastar, aliás deve ser um dos objetivos do Sr. Deputado André Bradford, mas dizer-lhe apenas o seguinte: Sr.

Deputado, não ofenda os Deputados e os Membros do Governo, dessas bancadas!

Evidentemente que eles têm a preparação intelectual e cultural para terem percebido a alegoria e não tem a interpretação que V. Exa. aqui tentou transmitir, aliás V. Exa. sabe perfeitamente que não é essa a interpretação porque também lhe reconheço essa capacidade cultural.

Presidente: Sr. Secretário Regional, está inscrito, tem agora a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Rui Luís*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas motivado por esta última intervenção do Sr. Deputado Artur Lima, relativamente à forma como estamos a encarar o problema e a referência que fez ao IDT.

Sr. Deputado, o Sr. Deputado noutras funções que também exerce, enquanto representante da Ordem dos Médicos Dentista, na Região, teve com certeza e recorda-se de ter participado em março deste ano, na reunião do Conselho Regional de Saúde, onde a temática da droga, das toxicodependências foi largamente debatida e onde inclusivamente esteve presente o Presidente do Instituto, que agora se chama SICAD, onde esteve a apresentar aquilo que se passa a nível nacional, onde tivemos presentes também os elementos da Polícia de Segurança Pública, da Polícia Judiciária e onde nós fizemos um debate sério, relativamente a essa questão, que acresceu àquilo que nós estávamos a fazer, que fizemos aqui na Assembleia.

Portanto, o nosso compromisso é sério e vamos continuar a trabalhar no sentido da resolução deste problema.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Não invalida em nada o que eu acabei de dizer. Eu só fiz uma retrospectiva histórica!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Carlos Ferreira, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O consumo de estupefacientes em ambiente escolar é uma preocupação de toda a Região Autónoma dos Açores, portanto também desta Assembleia e acompanha um fenómeno extremamente preocupante que extravasa o ambiente escolar e os espaços educativos, porque o consumo de estupefacientes na Região Autónoma dos Açores, é consensualmente reconhecido também como um flagelo, um problema grave que tem que ser combatido de forma intensa e eficaz, por quem tem essa responsabilidade e pela sociedade em geral.

Relativamente ao consumo em ambiente escolar, há dois aspetos que são fundamentais e que foram já aqui realçados: por um lado, um programa intensivo de sensibilização para este fenómeno e, por outro, a contratação de recursos humanos, para garantir a vigilância e o controlo dos espaços escolares porque essa é uma grande lacuna apontada em todas as escolas da Região.

Os pais, os docentes, os profissionais não docentes, são unânimes em considerar que a falta de recursos humanos para controlar os espaços escolares, contribui para a falta de regra, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... a falta de respeito por aquelas que são as normas de convivência em ambiente escolar e contribui também para fenómenos mais graves, mais preocupantes como são a pequena delinquência e o consumo de estupefacientes, com grande gravidade.

Por isso, o PSD Açores acompanha esta preocupação e vota a favor da iniciativa aqui apresentada.

Deputado Duarte Freitas (PSD) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplauso dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação desta proposta apresentada pelo PPM, criação de uma ação 6.3.3, por contrapartida da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora também a uma proposta do PPM, cria a ação 6.3.4, por contrapartida da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 12 horas.

Eram 11 horas e 40 minutos.

Presidente: Agradeço que ocupem os vossos lugares para retomarmos as votações.

Eram 12 horas e 05 minutos.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Continuamos no programa 6.

Coloco agora à votação a proposta de alteração à ação 6.4.3, apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de criação da ação 6.5.3, apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM, à ação 6.6.3, por contrapartida da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação de uma ação 6.6.6, apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação de uma ação 6.6.6, apresentada pelo PS.

Sra. Deputada Sónia Nicolau, tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. Secretárias, Srs. Secretários Regionais:

Esta proposta que o PS traz a esta Casa, é no sentido de garantir o equipar de escolas que necessitam de quiosques eletrónicos, no sentido de facilitar a gestão dos alunos, versus, família, na aquisição de produtos no âmbito da sua escola.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Coloco então agora à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à proposta apresentada pelo PPM, criação da ação 6.6.7

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração, apresentada pelo CDS, para a ação 6.7.8.

Sr. Deputado Rui Martins, tem a palavra.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós consideramos que o reforço desta ação se justifica pelo facto de as filarmónicas serem as responsáveis pelos elevados índices de alfabetização musical na Região.

Consideramos preponderante e fundamental o reforço, e reforçar este percurso.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Susana Costa, tem a palavra.

(*) **Deputada Susana Costa (PS):** Sra. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS vai votar a favor desta proposta, porque para o PS é inquestionável o valor das filarmónicas açorianas, não só como entidades que valorizam o nosso património musical, mas também porque são uma escola de valores para a juventude açoriana e porque refletem a importância do associativismo na sociedade, que remonta ao séc. XIX, mas que se tem mantido com imensa vitalidade até ao nosso séc. XXI.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Susana Costa, espero que se junte a nós, daqui para o futuro, na fiscalização da execução desta medida e que o Governo efetivamente cumpra o que aqui é aprovado.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Cá estamos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação da proposta de alteração, apresentada pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Fica assim prejudicada a proposta de alteração apresentada pelo PSD também para esta ação.

Passamos agora para a proposta do PPM, criação de uma ação 6.8.33, por contrapartida da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação também a criação de uma nova ação 6.8.33, mas desta feita apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta do PPM para criar a ação 6.8.34.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora à proposta do PSD, que prevê também criar uma ação, 6.8.34.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PPM que cria a ação 6.8.35, por contrapartida da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PSD, que cria a ação, 6.8.35.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Mário Tomé, tem a palavra.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS vai votar contra a proposta, pelo facto de a Câmara Municipal de S. Roque do Pico, ter feito uma candidatura ao PIRUS, da Praceta dos Baleeiros, num projeto estimado no valor de 250 mil euros.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Apenas alerta que não há declarações de voto parciais, portanto vai considerar-se apenas uma intervenção no debate.

Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Apenas um pedido de esclarecimento, porque aqui na proposta do PS está um reforço da ação, eu penso que o valor final se mantém.

Este um milhão, cento e cinquenta que aparece aqui na Santa Casa, antes vinha de outros fundos.

Eu penso que no sentido geral o valor final mantém-se, nós não conseguimos compreender de onde é que isto vem.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Carlos Silva, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

De facto, esta alteração resulta da alteração da forma de cálculo das receitas afetas ao desporto, que antes eram receitas do Fundo Regional do Desporto e agora passam a ser receitas próprias da Região e a alteração que aqui está prevista visa exatamente garantir o financiamento do desporto. Nada mais.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação desta proposta de alteração, apresenta pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para uma proposta do PPM cria a ação 6.10.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 2 votos contra do BE, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está agora à votação também uma proposta de alteração do PPM, aliás as próximas são todas do PPM, cria a ação 6.11.5, por contrapartida da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos à última proposta de alteração para este programa 6, cria a ação 6.11.6, e é apresentada pelo PPM, conforme pude referir há pouco.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação o programa 6, com as alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O programa 6 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM.

Presidente: Entramos agora no programa 7.

Temos três propostas de criação de ação, apresentadas todas pelo CDS.

Sr. Deputado Rui Martins, tem a palavra.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós consideramos que a pertinência da introdução destas ações - e vou falar nas próximas três - prendem-se com o facto de considerarmos que não existe verdadeiramente uma rede de Pousadas de Juventude, na Região.

Sobre aquilo que existe, a apreciação que fazemos é que não é suficiente, não é suficientemente abrangente e não colmata aquilo que é o desafio que o Sr. Secretário propõe, da mobilidade jovem.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Tiago Branco, tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como foi referido ainda aqui durante o dia de ontem, a rede de Pousadas de Juventude está sempre em aberto, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Pode ter desenvolvimento a qualquer momento, mas não agora!

O Orador: ... o crescimento dessa rede dependerá naturalmente de novas parcerias que possam surgir, das oportunidades relacionadas com o financiamento que possa existir, não será no ano de 2018, mas como disse é um processo que está em aberto e poderá ter novos desenvolvimentos, dependendo também dessas parcerias que possam surgir.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Rui Martins, tem a palavra.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bem, folgo em saber que é um processo que está em aberto há 21 anos no que concerne à Ilha do Faial, mantendo-se em aberto também para as Flores.

Obviamente, atendendo às três propostas de alteração, também propúnhamos uma Pousada para a Ilha Terceira, nomeadamente para a Praia da Vitória.

Folgo em saber e registo a opinião do Deputado do Faial.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): De um jovem!

O Orador: Um jovem! Um jovem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Roberto Monteiro, tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A Câmara vai ceder o edifício?

(*) **Deputado Roberto Monteiro (PS):** O Mayer já não tem nada a ver com a Câmara!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para referir que relativamente à Praia da Vitória, tem uma infraestrutura que neste momento está sobre a gestão da Associação Alerta, que é o Centro de Formação do Belo Jardim, que está claramente subaproveitado, tem todas as condições para ter uma utilização partilhada.

Por isso, a perspetiva vai nesse sentido, inclusivamente existe um protocolo com a Direção Regional da Juventude, na utilização desta infraestrutura e tem sido utilizada, por várias vezes, na deslocação de grupos.

Portanto, o que defendemos é exatamente a potenciação ...

Deputado Marco Costa (PSD): E agora André, fundos comunitários potenciados?

O Orador: ... e a rentabilização do que já existe e neste sentido não se trata de construir nada de novo, trata-se efetivamente de, cada vez mais, potenciar esta infraestrutura e claramente é isso que está a ser feito.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente, como disse já o meu colega Tiago Branco, é um processo que está em aberto e sabemos que neste momento já decorrem negociações entre a Associação de Escuteiros e a Direção Regional da Juventude, no sentido de

dotar uma infraestrutura que já existe, que é a sede dos escuteiros, de valência de forma a aproveitar e rentabilizar aquela estrutura.

Muito obrigado.

Deputado Bruno Belo (PSD): Então vão votar a favor, não é?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estes senhores vão ganhar vários prémios nobel. Não é só um!

Eles conseguem fazer infraestruturas e obras sem dinheiro, portanto isso é uma coisa absolutamente extraordinária. Eu acho que o próximo Orçamento vai vir com zero euros e uma série de obras porque não é preciso dinheiro, eles conseguem fazer omeletes sem ovos, eles conseguem fazer obras sem dinheiro. Isso é absolutamente extraordinário e kafkiano o que a gente assiste aqui.

Agora, uma rede de Pousadas de Juventude, Sr. Deputado Roberto Monteiro, a Praia da Vitória merece, e devia ter até há muito tempo, e reforço, há muito tempo, uma verdadeira Pousada de Juventude. Como sabe não é a mesma coisa de um albergue, que serve momentaneamente no centro de escuteiros e de formação de escuteiros. Não é a mesma coisa!

Deputado André Bradford (PS): O senhor já foi lá!

O Orador: O albergue pode servir momentaneamente, uma Pousada de Juventude, tem regras, tem tarifas, é anunciada nos sites internacionais, etc.

Portanto, não é a mesma coisa: uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa, para citar alguém desta Casa que de vez em quando diz isso, que é a Sra. Deputada Zuraída Zóares.

É pouca ambição para um praiense não querer uma Pousada de Juventude e contentar-se, obviamente é uma infraestrutura que está feita, mas Sr. Deputado, eu concordo inteiramente consigo e falaremos mais à frente. O problema é que

devemos rentabilizar as infraestruturas, estamos perfeitamente de acordo, mas vamos chegar a uma altura ainda durante esta discussão, em que os senhores pura e simplesmente atiraram ao lixo muita infraestrutura, nomeadamente na Ilha Terceira.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção rápida sobre esta matéria ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): O senhor tem tanto tempo!

O Orador: ... até porque nós já tivemos oportunidade de discutir este assunto com o Sr. Deputado Rui Martins, quer em sede de Comissão de Assuntos Sociais, quer também aqui ontem no âmbito do debate na generalidade, e eu reitero aquilo que disse, aliás já foi referido também pelo Sr. Deputado Tiago Branco, está em aberto, está de facto em aberto.

Nós hoje temos uma boa rede de pousadas, que se constitui não só como um importante ativo em termos da oferta turística que a Região disponibiliza, no caso das pousadas uma oferta muito específica, mas também uma importante rede no apoio à mobilidade interna dos jovens açorianos.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Não tem fundos!

O Orador: O aumento desta rede depende com certeza de vários fatores, desde logo das parcerias que surjam, dos instrumentos de financiamento disponíveis e a verdade é que assumo com total frontalidade que para o ano de 2018, não está prevista qualquer intervenção, ou qualquer diligência nesse âmbito.

Outra coisa é, e julgo que desse ponto de vista é também uma infraestrutura importante que tem servido, no caso, a Praia da Vitória, mas toda a Região, o Centro de Formação do Belo Jardim, que é isso mesmo, é um centro de

formação gerido pela Junta Regional do CNE e que tem prestado um importante serviço nesse âmbito, mas que tem também um conjunto de camas disponibilizadas para as organizações juvenis, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma pousada de juventude não é um conjunto de camas!

O Orador: ... que solicitam para lá ficar, que tem também uma tabela, tem também um conjunto de pressupostos para a sua ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Tabela?

O Orador: Tabela em termos de tarifário para lá ficarem Sra. Deputada.

Deputado Bruno Belo (PSD): Os jovens já não podem ficar é no Grupo Ocidental!

O Orador: Portanto, é outro tipo de estrutura que tem também tido um papel importante.

Portanto, resumindo, relativamente a esta matéria, com toda a frontalidade, para o ano 2018 não está prevista nenhuma ação relativamente a essa matéria.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos então passar à votação da proposta do CDS, que cria a ação 7.1.20.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração 7.1.21.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Por fim a ação 7.1.22.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar então agora votar o programa 7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O programa 7 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos agora para as votações do programa 8.

A primeira cabe ao CDS, propõe criar a ação 8.1.4.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Roberto Monteiro, nem de propósito, quando se fala em aproveitar instalações, pior do que isso é quando se deixa chegar instalações desta qualidade, sobretudo o coro principal do antigo Hospital de Santo Espírito, que se deixa degradar, que foi vendido ao preço que se sabe, a um consórcio num contrato com o Governo Regional e que o Governo Regional permite que seja transformado num espojo de guerra, tipo a Síria, parece que

houve ali uma guerra e que andaram ali aos tiros. Todo vandalizado, o Governo Regional passa todos os dias ali, olha para o lado e faz de contas que não vê e uma infraestrutura daquele valor, com uma utilidade absolutamente para vários fins, mas que serviria com certeza, e refiro-me apenas e só ao coro principal, como sabem resistiu ao sismo sem uma fenda, sem uma única fenda, um edifício muito bem construído, muito bem apetrechado, com pequenas obras de remodelação e adaptação daria, hoje em dia, o tão necessitado hospital de retaguarda, nem sequer era para a Terceira, pelo menos para o grupo central.

Mas, alienamos aquilo por treta e meia, para o valor que tem, por treta e meia – vou repetir – por meia treta e, portanto, avaliamos aquilo por meio tostão e deixamos degradar aquilo com perigo para a saúde pública, com perigo que todos os dias ali acontece.

Portanto, não é uma Região responsável, não é um Governo responsável que deixa acontecer o que ali acontece.

Se fosse na casa de um privado, andam a exigir as câmaras municipais, que os privados reabilitem os edifícios caídos nas cidades, mas deixam ter à entrada de uma cidade património mundial, um espójo de guerra, uma coisa absolutamente inacreditável.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Portanto, o que nós propomos é que o Governo adquira (aliás já teve a vender numa imobiliária por dois milhões de euros, eu acho que neste momento eles até davam aquilo) aquela infraestrutura, que a recupere - não digo num ano, nem em dois - mas que recupere, que a readquira e instale ali um hospital de retaguarda, um lar de terceira idade, até um edifício com algumas valências, com multivalência ali, é absolutamente fundamental para os nossos idosos, para os cuidados continuados, até para cuidados paliativos e não andarem ao monte, ao monte, onde estão contratadas para cuidados continuados, oito pessoas num quarto, a pagarem uma fortuna, junto com outros

doentes (coitados não têm culpa) andam ao monte, portanto dignidade acima de tudo!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta matéria e no seguimento do que disse o Sr. Deputado Artur Lima, eu gostava de esclarecer algumas das questões e das afirmações que fez o líder da bancada do CDS-PP.

Deputado António Almeida (PSD): São verdadeiras!

O Orador: Diz o Sr. Deputado, que aquela infraestrutura foi alienada pela Região por tuta e meia, não sei se terá sido exatamente essa expressão, por uma treta de verba.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Meio tostão! Treta e meia! Meio tostão!

O Orador: Meio tostão, seja como for são todos sinónimos.

Se bem se recordam, aquela infraestrutura foi alienada no âmbito da construção do novo hospital da Ilha Terceira, portanto há uma contrapartida que está ao serviço dos terceirenses e sobre a qual o senhor não falou, que é um hospital moderno, com condições fantásticas que serve a população da Ilha Terceira, mas ainda há mais um pormenor, parece até que um novo hospital com condições modernas não é bom, a avaliar pela reação da bancada do PSD.

Bom, mas há outro aspeto que é muito relevante, é que no âmbito desse entendimento para a construção do novo hospital, fazia parte das condições do concurso que aquela infraestrutura, o hospital antigo, fosse adquirida pela empresa que ficasse com a construção do novo hospital e fosse adquirida por 16 milhões de euros, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Dezasseis? Não é verdade!

O Orador: Portanto, se são 16 milhões de euros, como é que o Sr. Deputado pode vir aqui dizer que é por tuta e meia? Que bitola tem o Sr. Deputado? 16 milhões de euros, já são tuta e meia? Um hospital novo, já não tem relevância nenhuma!

Oh, Sr. Deputado, temos que pôr as coisas nos seus devidos termos: que o senhor esteja preocupado com o destino que uma empresa privada quer dar àquele terreno e àquele edifício, nós podemos partilhar a sua preocupação, agora que diga que isso é culpa do Governo ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É, é!

O Orador: ... que fez com que aquela infraestrutura fosse valorizada em 16 milhões de euros, que diga que é culpa do Governo que fez com que se concretizasse e construísse um novo e moderno hospital na Ilha Terceira! Oh, Sr. Deputado, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa!

Eu preocupo-me com o estado do edifício que é de propriedade privada. O edifício está à venda e ao serviço da economia dos Açores e da Ilha Terceira e, portanto, o senhor que é o paladino da economia liberal, que é o defensor da iniciativa privada, que quer menos Governo na economia, agora quer que o Governo compre um edifício que já vendeu por 16 milhões de euros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Venderam por 1!

O Orador: Eu não percebo muito bem do que é que o senhor está a falar, Sr. Deputado Artur Lima!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Sr. Deputado André Bradford, paladino da economia liberal foi o senhor, mas eu fui e sou, ainda não mudei as minhas convicções! Percebeu Sr. Deputado? Portanto, ainda me mantenho aqui convictamente, não quer dizer que não me vá acontecer alguma coisa, nesse mundo ninguém está livre...

Deputado André Bradford (PS): Então pode ser que ainda nos encontremos!

O Orador: ... mas as minha convicções ainda são as mesmas, Sr. Deputado! Agora, no negócio de quase 400 milhões de euros, ter a necessidade de alienar aquele hospital foi verdadeiramente lamentável e verdadeiramente lamentável o negócio que os senhores fizeram.

Esses 16 milhões, não tenho essa informação e acho que ela não é verdadeira!

Deputado André Bradford (PS): Ó senhor, aí vamos com calma!

O Orador: As informações que eu tenho é que não é esse valor! Isto é como o Sr. Presidente e a questão da indemnização da SATA, é a mesma coisa!

Tenho pouco tempo, Sr. Secretário Regional da Saúde, reforçamos nesta área da saúde a verba do CIRURGE, que nos parece muito importante reforçar e mais do que isso, reforçamos também uma verba para o Vale Saúde, porque o Serviço Regional de Saúde, começa a não ter capacidade de resposta, por isso é preciso procurá-lo no setor social e no setor privado, por isso fizemos mais essas duas propostas na área da saúde.

Secretário Regional da Saúde (Rui Luís): Muito importante!

O Orador: Muito importante, Sr. Secretário, e o senhor aí percebe muito bem o que eu lhe estou a dizer, a câmara hiperbárica, para o tratamento de feridos, feridas, pé diabético, úlceras de pressão, que V. Exa. muito bem conhece, etc., fundamental num hospital moderno, num hospital moderno, e que está prevista desde a sua construção a câmara hiperbárica. Há quantos anos, Sr. Deputado André Bradford?

Deputado André Bradford (PS): Isso é outra coisa!

O Orador: Ah, aí é outra coisa, pois é!

Já agora, Sr. Secretário, o equipamento de telemetria que se disse aqui no último Plano e Orçamento que estava a ser arranjado e que ficava pronto dentro de um mês ou dois. Onde é que está o equipamento de telemetria, Sr. Secretário?

Portanto, é fundamental: câmara hiperbárica, equipamento de telemetria e um hospital moderno, Sr. Deputado Bradford!

Sr. Deputado Bradford, um hospital só é moderno quando está devidamente equipado e presta os devidos cuidados de saúde aos seus utentes. Não é o caso em algumas áreas do Hospital de Angra! Esta é uma delas e a radioterapia é outra que os senhores não fazem!

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e demais Membros do Governo:

A este propósito não vou enveredar por outra discussão, já estamos noutra discussão, já é o que é que há no hospital, ou não há no hospital, se há a câmara hiperbárica, se não há, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor é que disse que era muito moderno!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nós apresentámos as nossas propostas!

O Orador: ... afinal aquela primeira conversa convém não lembrar mas não faz mal, ficamos por aí.

O que era importante referir é que o valor da aquisição daquela infraestrutura, incluído no contrato de construção da nova infraestrutura, do novo hospital, foi incluído como receita no Orçamento da Região, portanto passou nesta Casa e foi validado por esta Casa e depois foi refletido na Conta da Região no ano

seguinte, portanto também passou nesta Casa e também foi validado por esta Casa.

Portanto, Sr. Deputado Artur Lima, dizer que o que eu disse é mentira, quando o senhor está aqui há anos suficientes para ter tido contato com todo este processo, é um bocadinho desagradável!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra. Tem cerca de um minuto e meio.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu não disse que era mentira, o que eu disse foi que a informação que eu tenho não coincide com a sua. Não disse que era mentira!

A informação que eu tenho, não coincide com a sua!

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Jugo não haver mais inscrições

Vamos então passar à votação desta proposta do CDS, que cria a ação 8.1.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 2 votos contra do BE, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora à proposta do PSD, que cria a ação 8.2.6, por contrapartida da dotação provisional.

Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia, tem a palavra.

(*) **Deputado Dionísio Faria Maia (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta proposta eu queria fazer aqui algumas considerações, no sentido do entendimento do que supostamente se passa e do que estaria em causa.

As pequenas cirurgias enquadram procedimentos terapêuticos injetáveis específicos e o que nós consideramos procedimentos cirúrgicos de ambulatórios e de facto há aqui dois entendimentos: a sua centralização, versus, a sua descentralização.

É importante sabermos para já que cerca de 60% destes procedimentos são procedimentos específicos que têm que ser feitos em ambiente hospitalar, por técnicos bastante diferenciados.

Os outros 40% devem ser feitos por técnicos com prática em atos cirúrgicos de ambulatório, nomeadamente aquilo que vulgarmente se chama a pequena cirurgia.

Portanto, em relação a esta centralização, quais são os prós?

Os prós é que são atos médicos diferenciados, passíveis de reclamação por má prática e se não forem executados por técnicos habilitados, tem que haver uma garantia de boas práticas médicas, instalação e recursos adequados; tem que haver uma garantia de resposta local para tratar complicações dos atos cirúrgicos em causa e a centralização dos recursos humanos é nestes casos uma ato de boa gestão dos horários de trabalho.

Em relação à descentralização, o único pro é que de facto dá uma resposta de proximidade, é possível que isso possa vir a acontecer num futuro em que haja um superávit de técnicos e a sua deslocação possa de facto corresponder a esta necessidade, mas neste momento o PS considera que na salvaguarda da melhor gestão dos recursos humanos e na defesa das boas práticas, não aprova esta proposta.

Deputado Luís Garcia (PSD): É como as pousadas, está em aberto! A qualquer momento surgirão!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós apresentamos esta proposta porque somos a favor de uma política de prestação de cuidados de saúde descentralizada, próxima das populações, que não significa pôr um carro à porta de todas as habitações, mas a proximidade suficiente que permita uma maior rapidez no atendimento dos utentes e enquanto a sala de pequena cirurgia do Centro de Saúde da Ribeira Grande e do Centro de Ponta Delgada, nas velhas instalações do Centro de Saúde de Ponta Delgada funcionou, os doentes eram atendidos rapidamente, as suas situações era resolvidas de imediato, com um reduzidíssimo tempo de espera. O que não dizer agora das condições físicas do novo Centro de Saúde de Ponta Delgada e do investimento que seria necessário fazer no Centro de Saúde da Ribeira Grande, para garantir essa proximidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está ouvir, Sr. Deputado André Bradford?

O Orador: O PSD refuta a inexistência de quadros técnicos com capacidade e qualidade para executar essas pequenas cirurgias no centro de Saúde da Ribeira Grande e no Centro de Saúde de Ponta Delgada.

Deixe-me que lhe diga, Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia, esse é um atestado de incompetência e de má qualidade passado aos profissionais de saúde desta Região que o senhor acabou de fazer e à qual o PSD não se associa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, queria dizer-lhe, Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia, nós sabemos, há procedimentos que terão que continuar a ser feitos no Hospital de Ponta Delgada, nomeadamente as injeções intraoculares que são

feitas na sala de pequena cirurgia e algumas cirurgias efetuadas pela cirurgia plástica, que continuarão a ser feitas nessa sala.

Agora, o que nós sabemos é que pelo erro político assumido pelo Governo do PS, em encerrar as salas de pequena cirurgia dos Centros de Saúde da Ribeira Grande e de Ponta Delgada, aquele que era um atendimento de qualidade, com segurança, com eficácia e com rapidez, vai determinar agora a espera desses mesmos cidadãos quatro, cinco e seis meses, como agora se verificam.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Se o senhor tiver a oportunidade de consultar aquilo que são as estatísticas oficiais, publicadas pela Sudaçor, esse número tem sido crescente desde 30 de junho, até 30 de setembro.

Digo-lhe mais uma coisa, Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia, sei que V. Exa. se preocupa muito pela qualidade do atendimento, pela resposta aos doentes, portanto com certeza estará de acordo comigo com aquilo que eu vou dizer a seguir: pela falta de resposta, nomeadamente na área da dermatologia, nós sabemos as dificuldades mormente que o Hospital de Ponta Delgada tem nessa área, só tem dois profissionais a prestação de serviços, digo-lhe com conhecimento de causa porque transmitido pelos profissionais, cirurgiões gerais em causa, os médicos de família estão a enviar os pedidos de consulta para avaliação de sinais e lesões cutâneas à cirurgia e já têm sido encontradas situações muito graves, que os doentes não tendo capacidade de resposta na dermatologia para fazer a biópsia de um sinal, recorrem à cirurgia geral para o fazer e o facto dos senhores recusarem a proposta que nós estamos aqui a fazer, têm que ter consciência que estão a colocar em risco a saúde e a segurança dos utentes.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

(*) **Deputado Dionísio Faria Maia (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Ao longo deste debate sobre a saúde tem havido insistentemente a técnica da dramatização para se escamotear como e deve funcionar o sistema.

Não foi aqui referido que as pequenas cirurgias não eram feitas nos Centros de Saúde, por incompetência fosse de quem fosse.

Nós neste momento temos uma alocação de técnicos para recuperação de espera cirúrgica para atendimento nas urgências, para atendimento nas consultas externas e é necessário enquadrar toda esta resposta naquilo que é uma resposta adequada e naquilo que são as prioridades.

Neste momento, de facto, e eu vou falar pelo meu hospital, o Hospital de Ponta Delgada está a dar uma resposta acrescida, quer na cirurgia de ambulatório, quer nas pequenas cirurgias, com alta qualidade, quer mesmo na resposta à dermatologia.

E relação, ainda, àquilo que diz que é falta de resposta em dermatologia, nós sabemos que algumas especialidades são carenciadas, não vale a pena escamotearmos isto e vamos ter algumas restrições de resposta, mas são essas que nos preocupam, são esses os problemas que nos vamos inteirar. Não é supostamente criando programas que não tem técnicos para executá-los.

Portanto, registamos com agrado esta preocupação, e aqui foi já dito por alguém em aparte, que ficou em aberto esta possibilidade de para aí avançarmos, mas neste momento não há condições e temos que ser realistas. Vamos salvaguardar as boas práticas, vamos fazer bem feito aquilo que a gente consegue fazer.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima, cerca de um minuto.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu não resisto, quer dizer, quando se vem aqui dizer que se quer fazer drama com isto, eu vou dizer uma coisa: o melhor é as pessoas em vez de irem para o hospital (já que estamos a falar de drama e de encenação dramática) vão ao Teatro Micaelense e assim fazem uma peça de teatro com os seus sofrimentos e com as suas lesões cancerosas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta apresentada pelo CDS que cria a ação 8.4.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora à votação também de uma proposta do CDS para criar a ação 8.4.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD à ação 8.5.2, por contrapartida da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS à ação 8.6.2, por contrapartida da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A próxima proposta era do PPM, está prejudicada por ter uma contrapartida de um programa já fechado que era o 6.

Sendo assim, passamos novamente para uma proposta do CDS, neste caso uma proposta de alteração à ação 8.6.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD e 2 abstenções do BE.

Presidente: Passamos agora para a proposta de alteração do PSD, também para esta ação 8.6.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A próxima proposta é do PSD, propõe criar a ação 8.6.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Por fim, a última proposta de alteração a este programa 8 é a do PSD, que propõe criar uma ação 8.6.9

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

(Apartes inaudíveis)

Srs. Deputados eu vou dar a palavra ao Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia, porque ele de facto pediu a palavra antes de eu pôr à votação, portanto fui eu que não vi. Assumo esse meu erro.

Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia, tem a palavra.

(*) **Deputado Dionísio Faria Maia (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar peço desculpa se de facto não fui tão rápido como deveria ser, no entretanto achei que algumas considerações deviam ser feitas a esta proposta, até porque no decorrer do debate sobre a saúde, penso que ficou clara a nossa preocupação em abordar temas que são de preocupação comum, pelo menos do PSD e do PS, em relação a patologias emergentes ou dominantes na nossa comunidade.

Portanto, essa proposta de alteração ao Plano e Orçamento para essa inclusão da verba para um estudo do cancro nos Açores, merece-nos essa consideração prévia e uma outra consideração que é: nós acolheremos sempre medidas, iniciativas ou propostas que visem conhecer melhor as patologias e que sejam uma mais valia para a comunidade científica e que ajudem a combater melhor este problema.

De facto, investigar é procurar, embora seja importante realçar que nem sempre toda a procura é investigação, principalmente se não estiver em causa o conhecimento científico e a ciência.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores não respeitam os doentes dos Açores!

O Orador: Assim, o Grupo Parlamentar aprova esta verba como consignada a este estudo e que o mesmo seja feito no interesse científico e na possibilidade de caracterização causal, ou esclarecimento desta patologia na nossa comunidade.

Obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação da ação proposta a criar pelo PSD, 8.6.9.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos então agora votar o programa 8, com as alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O programa 8 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos interromper para o almoço. Regressamos às 15 horas.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa para dar os tempos restantes, que será útil para os nossos trabalhos da parte da tarde.

Secretário: O Governo Regional, dispõe de 33 minutos e 41 segundos;

O PS, 22 minutos e 27 segundos;

O PSD, 23 minutos e 9 segundos;

O CDS-PP, 50 segundos;

O BE, 11 minutos e 40 segundos;

O PPM, 4 minutos e 53 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Um bom almoço. Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 01 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para darmos continuidade às votações.

Eram 15 horas e 05 minutos.

Vamos então começar com as propostas de alteração ao programa 9.

A primeira é do PPM, propõe criar a ação 9.1.21, por contrapartida da dotação provisional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD à ação 9.2.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: A proposta de criação da ação 9.2.14, apresentada pelo BE está prejudicada, por ter como contrapartida ações do programa 1, que já está votado.

A proposta de criação da ação 9.2.14, apresentada pelo PPM, foi retirada pelo proponente, conforme documento que foi distribuído por todos, pelo que coloco à votação a proposta de criação de uma ação 9.2.14, apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação da ação 9.3.7, apresentada pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos para a proposta de alteração apresentada pelo PPM que também está prejudicada, pelo que passamos para a proposta do PSD, criação da ação 9.4.22.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A última proposta de alteração para este programa também está prejudicada, era apresentada pelo PPM, pelo que coloco agora à votação o programa 9.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O programa 9 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Avançamos para o programa 10.

As duas propostas de alteração apresentadas pelo BE a este programa estão prejudicadas, por terem contrapartidas de programas já votados, pelo que coloco à votação a proposta do PSD, para criação de uma ação 10.1.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o programa 10.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O programa 10 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PPM.

(Neste momento, Deputada Graça Silva substitui a Deputada Bárbara Chaves na Mesa)

Presidente: Vamos então agora começar as votações do programa 11.

Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS à ação 11.1.6.

Sra. Deputada Bárbara Chaves, tem a palavra.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para justificar a nossa proposta de alteração do PS, o reforço para instalação de equipamentos dos centros de processamento de resíduos.

Esta verba destina-se à aquisição de equipamentos que facilitarão, quer o transporte, quer a diminuição dos custos associados a esse mesmo transporte, incluindo também melhorias nos centros de processamento de resíduos, de várias ilhas dos Açores, nomeadamente as Ilhas Graciosa, S. Jorge, Flores e Faial.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então votar esta proposta de alteração do PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: A próxima proposta de alteração, neste caso cria uma nova ação, 11.2.21, é apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Sra. Deputada Isabel Quinto, tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Quinto (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta nova ação enquadra-se na importância que o turismo está a assumir nos Açores, essencialmente também na Ilha Terceira, onde se torna imprescindível a criação de novos locais de visitaçao.

Esta iniciativa é candidatável ao turismo de Portugal, através da linha valorizar, sendo cofinanciada em 90%.

Traduz-se na construção de um passadiço de madeira na zona das Antenas e Cumieira da Caldeira da Serra de Santa Bárbara, com 880 metros, bem como a requalificação dos trilhos da zona envolvente.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à proposta do BE, cria a ação 11.3.12.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A proposta do PSD também para a criação de uma nova ação fica prejudicada por contrapartida do programa 1, pelo que passamos à proposta de criação de uma ação 11.6.2, apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos agora votar o programa 11.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O programa 11 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PPM.

(Neste momento, a Deputada Bárbara Chaves reocupou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Entramos agora no programa 12.

Temos apenas uma proposta de alteração para este programa, foi apresentada pelo PSD e propõe alterar a ação 12.2.5, por contrapartida da ação 12.1.5

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos então agora votar o programa 12.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O programa 12 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos agora votar, neste caso será apenas uma proposta porque a do PPM apresentada para este programa 13, está prejudicada, pelo que coloco apenas à votação a proposta do PS, para a criação de uma ação 13.1.17.

Sr. Deputado José Manuel Ramos, tem a palavra.

(*) **Manuel Ramos (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta reveste-se de grande importância, pois permite a requalificação de um monumento histórico que é a muralha da Vila da Praia, mas também para corrigir um grave erro da prepotência dos antigos governos do PSD, que mesmo contra a vontade das populações, colocaram um magnífico e extenso areal a

saque, colocando uma quantidade enorme de pedregulhos que não protege, antes pelo contrário, feriu de morte as fundações da muralha.

Apesar das manifestações populares e até a demissão da atual junta de freguesia, nada demoveu nem o município, nem os governantes a retirar aqueles pedregulhos.

Esta proposta vem no sentido de dar voz às aspirações dos graciosenses e os graciosenses sabem que podem continuar a contar com o Grupo Parlamentar do PS, para trazer a sua voz aqui e esta câmara.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos então agora votar o programa 13, com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O programa 13 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 19 abstenções do PSD.

(Neste momento, a Deputada Bárbara Chaves foi substituída na Mesa pela Deputada Graça Silva)

Presidente: Entramos agora nas votações do programa 14.

A primeira proposta que deu entrada na Mesa está prejudicada, pertencia ao BE, por isso coloco agora à votação a proposta do PSD, para a criação de uma ação 14.1.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A Mesa tem também uma proposta de alteração à ação 14.2.15, que está prejudicada, foi apresentada pelo PPM, pelo que passamos para a proposta do CDS, que propõe criar uma ação 12.2.26.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Ponho agora à votação a proposta do CDS, para criar a ação 14.2.27.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, à ação 14.5.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação de uma ação, 14.5.22, apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação de uma ação, 14.5.22, apresentada, desta feita, pelo PS.

Sra. Deputada Bárbara Chaves tem a palavra.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para referir que a nossa proposta apresentada para alteração desta ação, destina-se à aquisição do equipamento para o porto comercial de Vila do Porto, que irá rentabilizar o espaço disponível e otimizar o espaço, promovendo também o seu reordenamento que tem sido progressivamente continuado e conseguido ao longo do tempo e também corresponde a um compromisso eleitoral do PS, que fazemos questão de cumpri-lo.

Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PSD para criar a ação 14.5.23.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PSD que cria a ação 14.5.24.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação, também do PSD, a proposta para criar uma nova ação, 14.5.25.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: As duas próximas propostas de alteração apresentadas pelo PSD estão prejudicadas, por terem contrapartidas do programa 1, pelo que avançamos para a proposta, também do PSD, cria a ação 14.5.28.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PSD, para criar a ação, 14.5.29.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PSD, cria a ação 14.5.30.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco.

É para a alteração 14.7.4, do PS?

Então tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Vasco (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão que antes da votação gostaríamos de colocar, tem a ver com o montante de reforço que está aqui na proposta 14.7.4, nomeadamente 3 milhões, 602 mil euros, a pergunta que faria, penso que à Sra. Secretária dos Transportes, é se esse reforço de verba, está ligado à verba prevista no Orçamento de Estado, no artigo 155.º, em que previa a transferência para a Região de 5 milhões, 600 mil euros, até porque essa questão foi colocada na audição da Comissão de Economia e a informação que foi prestada é que em princípio essa verba seria na sua totalidade transferida para a SATA.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta visa acelerar, de certa forma, o aumento de capital que estava previsto para quatro anos, dotando assim a empresa dos meios financeiros necessários para reforçar o seu capital próprio e é mais uma medida que se insere na política de reestruturação do Setor Público Empresarial, tornando-a uma empresa cada vez mais sólida, estratégica, ao serviço dos açorianos e visa dar resposta aos desafios que são colocados.

Ao contrário de outros partidos que têm como objetivo retirar receitas à SATA, nós PS, estamos aqui disponíveis sempre para reforçar os capitais próprios da empresa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão que coloquei tinha especificamente a ver com o art.º 155.º do Orçamento de Estado e com o montante que estava lá inscrito e tinha colocado

esta questão na audição da Comissão de Economia à Sra. Secretária dos Transportes e Obras Públicas.

Portanto, a pergunta mantém-se, ou seja, do montante que estava previsto, se as transferências para a SATA, não se concretizam. Aquilo que ficou nas declarações da Sra. Secretária, foi que em princípio essa verba seria transferida para a SATA, 5,6 milhões de euros.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A dotação que está inscrita nesse artigo, é uma dotação, como está referido no próprio artigo, que constitui receita da Região.

Nesse contexto no Orçamento deste ano, já tem previsto uma parte desse montante.

A dotação que agora aqui é reforçada, corresponde exatamente ao montante que estará previsto no próximo ano, de transferências no âmbito do Orçamento de Estado para a Região, nos termos daquilo que é a prestação de serviço que a Região faz ao nível da comparticipação nos termos da legislação que referiu e que foi criado no próximo ano, bem como no âmbito do apuramento global anual que é feito dos financiamentos, do subsídio social de mobilidade e todos os seus outros enquadramentos que ficaram definidos aquando do processo de liberalização das rotas de S. Miguel ou da Terceira.

Portanto, com toda a clareza é este a globalidade do montante, que se prevê receber no próximo ano, em termos de transferências, os 5,7 que já estavam inscritos, mais esses 3,6, o que totaliza esses 9 milhões.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As verbas que estão no art.º 155.º, é evidente que não são verbas consignadas para a SATA, nem são consignadas para qualquer outra ... são verbas globais que entram na receita de capital da Região.

A questão que se conclui e o Sr. Vice-Presidente foi claro, é que daquela verba e daquele reforço, uma parte é canalizada para a STA, uma parte não é canalizada para a SATA e fica no Orçamento da Região.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Precisando e clarificando aquilo que o Sr. Deputado António Viveiros disse, a receita constitui receita da Região, nos termos do Orçamento de Estado e é a Região que transfere para a SATA.

A conta é muito simples se tiver oportunidade de fazê-la: a Região irá transferir para a SATA no próximo ano, no âmbito das Obrigações de Serviço Público, mais aumento de capital social, se incluirmos esta componente, cerca de 39 milhões de euros para a SATA, ou seja, a SATA recebe do Orçamento da Região 39 milhões, tirando a gestão de aeródromos que é mais 1,9, mais a parte de comparticipação em obras, etc., recebe 39 milhões e tem uma comparticipação, por parte do estado, de cerca de 8 milhões de euros, o que representa menos de 25% do total daquilo que a Região assume em termos de transferências para a STA.

Penso que com isso fica esclarecido.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para esclarecer, Sr. Vice-Presidente, no final do ano passado houve uma resolução de reforço do capital da SATA, em 6 anos, cuja origem desse dinheiro teria sido a recomendação do Tribunal de Contas, relativamente à privatização da EDA, ou seja, os 3 milhões que estavam inicialmente inscritos resultavam exclusivamente da resolução do ano passado e em cumprimento daquilo que o Tribunal de Contas tinha decidido.

Portanto, é evidente que na totalidade ultrapassam os 5 milhões de euros, mas 3 milhões de euros, a parte inicial, já estava prevista e estava programada desde o ano passado, ou seja, este acréscimo na prática é inferior àquilo que resulta do art.º 155.º do Orçamento de Estado.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se somar o acréscimo que já está incluído no Orçamento nas Obrigações de Serviço Público, que já tinha um acréscimo e com este acréscimo, o somatório das duas variações, face ao que estava em 2017, irá ver que o somatório das duas partes corresponde ao montante que aqui estava a referir.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então agora passar à votação desta proposta de alteração apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS considera que qualquer iniciativa que vise resolver as questões logísticas do transporte de mercadorias na Região, será seguramente um investimento com maior retorno para a economia dos Açores.

Nesse sentido, continuamos a insistir que é necessário estudar um modelo alternativo do transporte de mercadorias na Região, para o qual inscrevemos verba neste plano de investimento e continuamos a considerar que um avião cargueiro, que sirva para fazer o transporte inter ilhas das nossas mercadorias, dos nossos produtos da pesca, da agropecuária e dos nossos produtos hortícolas é sem dúvida um investimento que terá um retorno enorme para a nossa economia.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Informo que o CDS esgotou o seu tempo para este debate.

Vamos então agora passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora à próxima proposta de alteração, apresentada também pelo CDS, criação da ação 14.8.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta do PPM, que cria a ação 14.9.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora à proposta de criação da ação 14.12.3, apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação o programa 14.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O programa 14 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Entramos agora no programa 15.

A única proposta de alteração que tínhamos para este programa, foi entregue pelo PPM, mas está prejudicada por ter como contrapartida uma ação do programa 6, pelo que coloco apenas à votação o programa 15.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O programa 15 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos então ao último programa do Plano para 2018.

Está à votação a proposta do PPM, que cria a ação 16.1.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD, 2 abstenções do BE.

Presidente: Proposta de alteração apresentada também pelo PPM, aliás para este programa todas as propostas de alteração são do PPM, propõe criar a ação 16.1.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos para a proposta que propõe criar a ação 16.4.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Por fim coloco à votação a proposta que cria a ação 16.4.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Está agora à votação o programa 16.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O programa 16 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM, 19 abstenções do PSD e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Votação final global do Plano Anual Regional para 2018.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional, Plano Anual Regional para 2018, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto?

Uma interpelação?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para solicitar um intervalo regimental, mas existindo declarações de voto eu ... Não há?

Presidente: Sr. Deputado, pede ou não pede.

Um intervalo regimental de 15 minutos?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem toda a razão, Sra. Presidente.

Um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Intervalo de 15 minutos.

Eram 15 horas e 59 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares, para recomeçarmos a votação.

Eram 16 horas e 20 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então agora iniciar as votações referentes ao Orçamento Regional para 2018.

Começamos com a votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de DLR apresentada, Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2018, foi aprovada, na generalidade, com 29 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM.

Passamos agora à votação na especialidade.

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, por uma questão de economia de tempo e também de favorecimento do debate, o PSD gostaria nesta altura, de esclarecer e de apresentar, ainda que sucintamente, uma vez que isso já decorreu do debate dos últimos dias, algumas das propostas que tem de alteração para esta Proposta de Orçamento para 2018.

Com a sua permissão, Sra. Presidente, neste Orçamento o PSD apresenta um conjunto de medidas que se pode até configurar como um pacote de medidas relativas à prevenção da corrupção e à necessidade de mais transparência na atividade política e que resultam desde logo de um capítulo inteiro nessa vertente, um novo capítulo no Orçamento da Região, relativo à prevenção dos riscos de corrupção e à transparência e que visam sobretudo responder às circunstâncias da vida política e da sociedade açoriana e que têm também uma relação direta com o facto de nos Açores existir um peso muito substancial,

comparativamente a outros regimes democráticos, da administração na vida das pessoas e das empresas.

Por outro lado, achamos e entendemos que há uma necessidade premente de maior envolvimento das Sras. e Srs. Deputados, desta Assembleia - do primeiro órgão da Autonomia - nas decisões ou nas circunstâncias que envolvem a vida dos açorianos e naquelas em que os Deputados se podem envolver para conferir mais transparência, não só às decisões tomadas pelo poder político, mas também poder ser, no fundo, o espelho da sociedade nessas decisões.

Por outro lado, conferindo não só um peso maior à prevenção dos fenómenos ligados à corrupção, entendemos que não podemos dissociar a necessidade de maior transparência.

Por isso mesmo apresentamos, desde logo, uma medida no art.º 15.º, relativa à necessidade de em qualquer processo de alienação de capital social de empresas em que a Região é participada.

A existência de uma Comissão semelhante àquelas que podem ser criadas no âmbito nacional e cuja recomendação da sua criação vem precisamente desde 2011 do Conselho de Prevenção da Corrupção, entendemos que essas comissões têm de ser criadas para podermos conferir mais transparência e prevenção dos fenómenos da corrupção nesses processos.

Por outro lado, entendemos também que na emissão de cartas de conforto não pode continuar a existir um total alheamento deste Parlamento, ou uma total falta de transparência na sua emissão, quando é o próprio Tribunal de Contas que o vem referir e que elas extravasam aquilo que são os limites das garantias dadas e que este Orçamento lhe confere.

Por isso mesmo entendemos propor também medidas nesse aspeto.

Relativamente ao capítulo de prevenção dos riscos de corrupção: por um lado a implementação dos planos de prevenção, medida que já vem desde 2009 e que está em falta na Região Autónoma dos Açores, em muitas situações.

Também a gestão dos conflitos de interesses por parte de quem na administração pública regional, tem o poder de decisão relativamente a questões que envolvam dinheiros, valores ou património públicos e nessa medida a necessidade de haver sempre uma declaração por parte de quem tem influência nesses processos, relativamente aos conflitos de interesses.

Também o envolvimento desta Assembleia no conhecimento não só dos planos de prevenção dos riscos de corrupção, mas também da sua implementação, da sua execução e da sua monitorização.

Por outro lado, uma necessidade absoluta de ações de formação a realizar a até ao final desta sessão legislativa, portanto até final de julho do ano que vem, precisamente para todos os trabalhadores da administração pública regional, todos aqueles que trabalham dentro dos órgãos da administração pública conheçam não só os planos de prevenção relativos ao seu departamento, às suas funções, mas também para conhecerem aquilo que são efetivamente as ações, os atos e os procedimentos que podem eventualmente ter atrás de si algum risco de haver o fenómeno da corrupção associado. Pensamos que é absolutamente essencial que essas ações de formação decorram.

Por outro lado, também, entendemos que deve ocorrer o envolvimento do Governo e isso resulta da nossa proposta do art.º 37.º B, relativo à criação do Instituto Regional de Estatística.

Essa criação do Instituto Regional de Estatística parece-nos fundamental para uma estatística independente, livre e realmente ao serviço dos açorianos, deste Parlamento e da atividade económica nos Açores e que o envolvimento deste Parlamento nesse Instituto Regional de Estatística, deve resultar da eleição por maioria de dois terços, por parte desta Assembleia, do seu Presidente.

O mesmo se diga, em certa medida, relativamente à Inspeção Regional da Administração Pública, sendo uma inspeção que tem um cariz de maior peso político na sociedade açoriana.

É necessário que essa inspeção possa de alguma forma ser dotada de uma situação em que os açorianos, por via do seu Parlamento, também participem na escolha e participando na escolha é que o inspetor que chefiará essa inspeção, seja também a sua nomeação precedida de votação por maioria de dois terços deste Parlamento.

Sabemos bem que estas questões são determinantes para que realmente os Açores caminhem no sentido de uma democracia mais aberta, mais transparente e mais prevenida, relativamente a fenómenos que podem atrasar o seu desenvolvimento como é o caso da corrupção.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista, este Grupo Parlamentar, o Governo que é por si suportado, sempre afirmou o seu compromisso na luta pela transparência, na luta contra a corrupção.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Esse é sem dúvida um dos malefícios que a democracia muitas vezes tem.

Portanto, é o dever de cada cidadão, de cada Deputado, de cada Grupo Parlamentar, tudo fazer, em primeiro lugar para combater a corrupção e por outro lado para garantir a transparência do serviço público, das entidades públicas e de todos os servidores do Estado. Tem sido esse o nosso

compromisso e acredito que tem sido também o compromisso de todos aqueles que aqui estão nesta sala.

No passado o PS trabalhou com outras bancadas parlamentares, em várias propostas, ao nível da transparência, algumas já em vigor, por exemplo ao nível dos gestores públicos da administração regional, tem neste momento propostas em discussão nas comissões relativas à transparência da atividade política deste Parlamento e faz sentido que nós, na medida daquilo que é razoável e de que pode melhorar efetivamente o serviço da democracia, que nós aproveamos essas propostas.

Assim, faz sentido que nós aproveamos a questão da proposta do PSD, esse é o nosso compromisso, relativamente à implementação de planos de prevenção de riscos de corrupção. É algo que já decorre da lei, é certo, mas não é de mais reafirmar isso na legislação.

O Governo dos Açores, já há pouco tempo foi referido, deu instruções para que os planos de prevenção de riscos de corrupção continuassem, fossem renovados, isso está em vigor, mas parece-nos uma boa proposta e daí levará à nossa aprovação.

Percebemos também que o PSD possa ter algumas dúvidas e possa querer trabalhar ao nível daquilo que é o processo de privatização da SATA e esse compromisso nós estamos disponíveis a partilhar e fazer tudo para que essa privatização seja obviamente transparente, eficaz e para que possa acima de tudo proporcionar à empresa meios necessários e uma nova dinâmica para o futuro da nossa terra ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e a redação que está aqui apresentada parece-nos razoável e a mais correta tendo em conta o processo.

Relativamente à questão das cartas conforto, às garantias que a Região concede e das cartas conforto que constituem garantias, este é um compromisso que o PS assume e está disponível aqui para votar favoravelmente ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... por nós acharmos que estas medidas que estão aqui apresentadas pelo PSD, sendo boas, não podem ter outra atitude da parte do PS, senão serem aprovadas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem diria!

O Orador: Foi sempre este o nosso compromisso, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mentira!

O Orador: ... nós sabemos que não há ninguém que seja líder contra a corrupção, porque todos nós somos ativos, a favor da transparência e ativos no combate à corrupção.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, não temos problemas nenhuns em juntarmo-nos a quem faz uma boa proposta, não temos problemas nenhuns que se juntem a nós, quando nós temos uma boa proposta, porque nós sabemos que acima de tudo o que interessa é melhorar a nossa democracia.

É para isso e é com isso que podem contar com o Partido Socialista.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos então começar a votação.

Pergunto se posso fazer a votação em bloco dos primeiros seis artigos deste Orçamento.

(Pausa)

Um a um?

Artigo 1.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 19 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS-PP e uma abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos então agora colocar à votação a proposta de alteração apresentada pelo BE, ao art.º 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 4 abstenções do CDS-PP e uma abstenção do PPM.

Presidente: Também para este artigo 7.º, coloco agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação o art.º 7.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 4 votos contra do CDS-PP, 19 abstenções do PSD, 2 abstenções do BE e uma abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação uma proposta de aditamento apresentada pelo BE, art.º 7.º A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação também uma proposta de aditamento apresentada pelo BE.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria, nesta intervenção, apresentar um conjunto de propostas a começar por esta proposta de aditamento, que têm como objetivo combater a precaridade laboral e reforçar os direitos dos trabalhadores na Região Autónoma dos Açores.

Muito sumariamente, a proposta de aditamento 7.º B, restringe a utilização de estágios, ao abrigo do programa Estagiar L, licenciados em enfermagem, não é mais, como já diversas vezes foi denunciado tanto na Ordem dos Enfermeiros, como por diversos enfermeiros, que é uma forma de baixar (e aqui nesta câmara também pelo BE) os custos do trabalho, neste caso pagando a preço de saldo a enfermeiros que desempenham funções que são necessárias nos centros de saúde, nos hospitais da Região.

No art.º 33.º e no aditamento 35.º A, apresentamos propostas de alteração que obrigam a que haja um efetivo combate à precaridade laboral, ou seja, obrigando os projetos de investimento que beneficiam de benefícios fiscais e os beneficiários do Competir +, que tenham 75% dos seus trabalhadores nos quadros de pessoal, não adotando a proposta do Governo Regional de pagar às empresas para que cumpram aquele que é o seu dever de ter contratos permanentes para postos de trabalho permanentes.

Apresentamos ainda com a proposta de alteração ao art.º 39.º o aumento do complemento regional do salário mínimo para 7,5%.

Com a proposta de aditamento do art.º 39.º A, pretendemos que o Governo Regional reveja, em negociação com as IPSS e as Misericórdias, o atual modelo de financiamento a estas mesmas instituições, que tem sido uma forma de comprimir salários e direitos laborais como já aqui referimos várias vezes durante este debate.

Propomos também eliminar o art.º 46.º para que o Governo Regional pague aos professores aquilo que é o seu direito e só nos Açores é que não acontece, que é a compensação por caducidade do contrato e que o Governo Regional insiste em não pagar aos professores que se veem em situação de desemprego e nem essa compensação o Governo Regional se digna pagar.

Finalmente, pretendemos que os aditamentos 46.º B e C, que o Governo Regional, em negociação com os sindicatos de professores, assumam todo o

tempo de serviço congelado, durante o tempo em que as carreiras estiveram congeladas na função pública, contabilize todo o tempo e negocie com os sindicatos o pagamento deste tempo de serviço e que seja também revista a duração máxima da carreira docente para que nenhum professor tenha uma carreira em que o patamar mais alto da carreira demore mais do que 34 anos a atingir.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então votar esta proposta de aditamento apresentada pelo BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e uma abstenção do PPM.

Presidente: Passamos agora à votação do art.º 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à proposta apresentada pelo BE, de eliminação ao n.º 2, do art.º 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos contra do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira, pede a palavra para uma interpelação?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Para pedir a votação exatamente do ponto 2, em separado, deste artigo.

Presidente: Para fazer a votação em separado, muito bem.

Está à votação o art.º 9.º da proposta, nomeadamente o seu n.º 1 e n.º 3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os números do artigo anunciado foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação o n.º 2, deste mesmo artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O n.º 2, do artigo 9.º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de aditamento, art.º 9.º A, apresentada pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Está então agora à votação também uma proposta de aditamento, art.º 9.º A, apresentada desta feita pelo PSD.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu pedia autorização à Sra. Presidente, para apresentar 3 artigos e 3 propostas, por economia de tempo apresentava os 3 consecutivamente, embora estão aqui em partes separadas do Orçamento.

A primeira, a 9-B, é uma proposta que repetimos, já o ano passado tinha sido apresentada e tem a ver com a extinção da SPRHI.

Nos entendemos que é uma empresa que exerce funções que sobrepõem atividades de departamentos regionais, portanto não há justificação do ponto de vista funcional para que exista como empresa, portanto repetimos essa proposta.

A segunda proposta que junto aqui, tem a ver com a questão do pacote fiscal, em que fundamentalmente não tendo havido, até agora, entre o Governo e a plataforma qualquer acordo relativamente à redução fiscal, nós entendemos que ainda é possível e fixamos um prazo, caso o Governo aprove e a Assembleia aprove, seria possível contemplar a redução fiscal.

Mas ainda assim gostaria de transmitir o seguinte: há dados relativamente à execução fiscal que são claramente muito favoráveis ao Orçamento da Região. O que foi executado em 2016 e aquilo que está orçamentado para 2018, representa um aumento fiscal na casa dos 81 milhões de euros.

Sobre isso, gostaria também de recordar, e no fundo não estamos aqui apenas a falar na baixa de impostos, estamos a falar na reposição do diferencial que é completamente diferente quando se fala em baixar impostos. Nós estamos a

repor situações que existiam, no caso do IVA, desde 1989 (se não me engano) e no caso do IRS e do IRC desde 1999.

Sobre isso não resisto a apresentar aqui aquilo que o Sr. Presidente e o Sr. Vice-Presidente, em momentos diferentes, mas no mesmo período, afirmaram relativamente a uns e outros impostos.

Disse o Sr. Presidente a 1 de novembro de 2013, o seguinte: “Na verdade consideramos que particularmente no caso do aumento do imposto sobre o consumo, IVA, isso irá implicar um acréscimo de custos de aquisição de bens e serviços na Região e assim penalizar o consumo e reduzir por essa via a atividade económica. Dito de outra forma – ainda estou citando – esta medida terá impactos na redução de rendimento disponível das famílias, na retração da procura interna, na diminuição da rentabilidade das empresas. Como temos sempre dito é na reativação de poder de compra das famílias, que reside uma parte essencial para a reanimação das empresas açorianas”.

Disse o Sr. Vice-Presidente o seguinte, em janeiro de 2013, cito: “Como é sabido o Governo dos Açores sempre se debateu pela manutenção da possibilidade de termos taxas de impostos, IRC, IRS e IVA, com diferencial máximo de 30%.

Assim não entendeu a maioria que governava o País na altura”.

Portanto, essa maioria já não existe, ainda quando existia essa possibilidade foi repostada, portanto conjugando aquilo que era a vossa posição há 4 anos, aquilo que tem sido o aumento fiscal, em termos de cobrança e que são 81 milhões de euros, entre 2016 e 2018, se se confirmar a execução de 2018, nós entendemos que há vantagens para a economia, aliás reconhecidas pelo Sr. Presidente e pelo Sr. Vice-Presidente.

Portanto, mantemos essa defesa, em coerência com aquilo que tínhamos defendido, quando repusemos em fevereiro deste ano, a baixa do IVA e que foi

uma proposta, que de certo modo também incentivou a plataforma que apresentasse um pacote na sua globalidade.

A segunda questão, tem a ver com a redução das tarifas da SATA e sobre isso direi o seguinte: o Sr. Presidente ontem, no seu discurso de encerramento sobre a questão da proposta do PSD, falou indiretamente, falou e bem que a alteração de 20% tinha sido feita em 2015, ou seja, passaram apenas dois anos.

A verdade é que aquilo que foram os pressupostos em 2015, num contrato de concessão que teve início em outubro, possivelmente negociado nos seus meses anteriores, partia de uma base em que a tarifa nacional, de acordo com as obrigações de serviço público, seria de 134 euros, mas na realidade aquilo que a maior dos açorianos paga nas suas deslocações a Lisboa, é bastante menos porque o mercado funcionou de forma muito mais positiva do que aquilo que se esperava.

Portanto, acaba por ser de alguma maneira incompreensível que sempre que um açoriano vá a Lisboa paga muitas vezes 50, 60,70 euros, embora no máximo 134, mas quando viaja entre ilhas, no limite, chegará aos 120 euros, ou 124.

Portanto, com essa alteração do mercado, entre aquilo que é a tarifa para o continente e as tarifas inter ilhas, é evidente que as tarifas inter ilhas, estão claramente deslocadas.

Mas há questões económicas (quero deixar o Sr. Deputado Carlos Silva descansado quanto a isso) é evidente que nós nos preocupamos com a situação da SATA, se alguém não se preocupou foi quem governou a SATA e que em dez anos ...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, PPM e do Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, PPM e do Deputado Artur Lima)

O Orador: ... perdeu 130 milhões de euros. Desde 2008 até 2016, a SATA perdeu 130 milhões de euros, no seu valor.

Mas a questão aqui é esta: há um historial. Em 2015 com a baixa das tarifas em 20%, as vendas de passagens entre 2015 e 2016 não se alteraram, ou seja, apesar das vendas terem baixado 20%, as vendas de passagens não baixaram, ou seja, a procura é elástica ao preço, até certo ponto.

Portanto, nós podemos partir do pressuposto que uma nova baixa nas tarifas da SATA, terá um efeito de aumento da procura que pelo menos parcialmente poderá compensar os custos fixos e os custos variáveis, ou seja, a história recente da SATA vai nesse sentido.

Mas para além disso, nós temos aquilo que o Sr. Vice-Presidente já confirmou, que a SATA, e bem, a partir daquilo que constava do art.º 155.º do Orçamento de Estado, a SATA será compensada desse valor para a sua exploração, tal como afirmou a Sra. Secretária dos Transportes e Obras Pública.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Portanto, o que nós entendemos é que havendo por um lado um grande benefício para a economia na mobilidade interna, na coesão interna, na promoção da economia, na criação do mercado interno e havendo uma parte desses custos que poderão ser assumidos diretamente pelo aumento da procura e havendo por outro lado também a compensação do Orçamento de Estado, penso que ficamos todos a ganhar e não significa com isso que, da parte do PSD, não haja preocupação relativamente à situação económica da SATA. Agora quem não tem moral para atirar, e o Sr. Deputado Carlos Silva já há bocadinho atirou isso e se calhar não era o momento exato para isso, nós preocupamo-nos com a situação financeira, e muito. Agora temos que pensar também naquilo que é a economia e aquilo que a economia pode estar a ser penalizada por uma política de preços da SATA e aquilo que pode beneficiar.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD trouxe aqui várias alterações e uma delas tem a ver com a introdução do art.º 44.º A e é esse que eu me vou referir.

Esta proposta do PSD é daquele tipo de propostas que por vezes surgem de partidos que não se importam com a sua execução, é o que se chama mandar foguetes para o ar, sem se importar com quem apanha as canas...

Deputado Luís Garcia (PSD): Já estava inscrito!

O Orador: ... é por isso que eu lhe chamo uma proposta populista.

Veja-se: as novas obrigações de serviço público, das ligações inter ilhas, entraram em vigor no dia 1 de outubro de 2015, pelo período de 5 anos, portanto só terminam no dia 30 de setembro de 2020.

O contrato de concessão, ao abrigo das novas obrigações de serviço público, é assegurado pela SATA Air Açores, mediante uma compensação financeira máxima de 134,9 milhões de euros, dividida pelos 5 anos e não pode ser superior como indicia a proposta do PSD.

Esta proposta altera a base contratual e tendo sido precedida de um concurso internacional, podemos estar aqui a cair na violação do direito de concorrência, por isso, esta é uma proposta demagógica.

Repare-se, esta proposta ignora que em 2015 foi operada a maior redução de sempre das tarifas aéreas nos Açores, em média as passagens aéreas inter ilhas ficaram 20% mais baratas e isto aconteceu só há dois anos atrás.

É bom lembrar que hoje o custo máximo de bilhete é de 120€, com preços intermédios de 100, 90 e 60 e qualquer açoriano viaja para o continente português pelo máximo de 134€. Por isso, esta proposta é uma proposta sem memória.

Por outro lado, este PSD que passa o tempo a criticar a SATA pelo desequilíbrio financeiro da sua exploração, impõe agora mais despesa e mais exigências, sem saber dizer que impacto financeiro estas medidas poderão ter, por isso isto é uma proposta irresponsável.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado José Ávila, eu tenho a certeza que se não tivesse escrito aquilo que leu, talvez tivesse modificado em função daquilo que foi apresentado aqui e assim o debate seria muito mais saudável e muito mais rico.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Portanto, tudo aquilo que acaba por dizer não tem aderência àquilo que foi apresentado aqui nas nossas preocupações quanto à situação financeira da SATA.

Aquilo que esperamos relativamente ao que possa ser o aumento de receitas da SATA, por via da baixa de preços, tal como aconteceu em 2015.

Mas o Sr. Deputado já tinha isso escrito, temos que nos conformar com isso.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

Coloco à votação o art.º 9.º A, apresentado pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Coloco agora à votação o aditamento art.º 9.º B, apresentado pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 2 votos contra do BE 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP e uma abstenção do PPM.

Presidente: Pergunto à câmara se posso colocar à votação conjunta os art.º s 10.º, 11.º e 12.º?

Não?

Então votação artigo a artigo.

Artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 4 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Está então agora à votação o art.º 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao art.º 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 4 votos contra do CDS-PP e uma abstenção do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o art.º 13.º da proposta, com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 19 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS-PP e uma abstenção do PPM.

Presidente: Está à votação o art.º 14.º, da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 19 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS-PP e uma abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação uma proposta de aditamento, apresentada pelo BE, art.º 14.º A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo BE ao art.º 15.º.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com as propostas de alteração ao art.º 15.º e a proposta de aditamento do art.º 15.º A, pretendemos manter sobre o controlo público as empresas e ativos que mais podem contribuir para que os Açores tenham a capacidade de decidir sobre setores estratégicos da sua economia.

Alienar, como ontem se disse, ou privatizar, como hoje o Deputado Francisco César já referiu, e bem, a SATA ao concessionar o porto da Praia da Vitória, é abdicar também de uma parte da nossa autonomia, neste caso da autonomia sobre um setor que é fundamental para a nossa economia, que é o setor dos transportes, seja o dos transportes aéreos, ou dos transportes marítimos.

Não é obviamente uma questão menor, decidir entregar a privados o setor dos transportes, uma parte significativa desse setor é abdicar de facto de uma parte da nossa autonomia e a privatização desses setores estratégicos vai ter uma influência muito séria no modelo de sociedade que queremos construir para os Açores.

O PSD tem uma proposta de alteração neste sentido e que procura trazer transparência a este processo, mas no essencial, infelizmente, o PS e o PSD parecem estar de acordo em privatizar parte da SATA.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Vamos então colocar à votação esta proposta de alteração ao art.º 15.º, apresentada pelo BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação também uma proposta de alteração ao art.º 15.º, apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos contra do BE, 4 abstenções do CDS-PP e uma abstenção do PPM.

Presidente: Coloco então agora à votação o art.º 15.º da proposta com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está então agora à votação uma proposta de aditamento, apresentada pelo BE, art.º 15.º A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e 2 votos a favor do BE.

Presidente: Está então agora à votação o art.º 16.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD, ao art.º 17.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 4 votos contra do CDS-PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o art.º 17.º da proposta, com esta alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 4 votos contra do CDS-PP.

Presidente: Está então agora à votação o art.º 18.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 4 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Está então agora à votação o art.º 19.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto contra do PPM, 19 abstenções do PSD e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está então agora à votação uma proposta de aditamento, apresentada pelo BE, art.º 19.º A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação uma proposta de alteração do PPM ao art.º 20.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD e 2 abstenções do BE.

Presidente: Coloco agora à votação o art.º 20.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 4 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Está agora à votação o art.º 21.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e uma abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação o art.º 22.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 19 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS-PP e uma abstenção do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 17 horas e 45 minutos.

Eram 17 horas e 16 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputado, agradeço que ocupem os vossos lugares para continuarmos com as votações.

Eram 17 horas e 53 minutos.

Vou pedir ao Sr. Secretário da mesa o favor de anunciar os tempos restantes.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

Os tempos restantes são os seguintes:

O Governo dispõe de 31 minutos e 1 segundo;

O PS, 11 minutos e 37 segundos;

O PSD, 5 minutos e 29 segundos;

O CDS-PP, já esgotou o seu tempo;

O BE, 7 minutos;

O PPM, 4 minutos e 53 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos então continuar com as votações.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve explicação sobre o nosso aditamento ao art.º 22.º, sob a epígrafe “recuperação das cantinas escolares nas unidades orgânicas”, em que o objetivo do BE é solicitar, ou obrigar neste caso, ficando consignado no Orçamento, o Governo Regional a criar as condições necessárias para que as unidades orgânicas da nossa Região, recuperem a gestão das cantinas e refeitórios e obviamente para isso alocar recursos materiais, humanos, financeiros, que sejam necessários para a confeção das refeições escolares pelas próprias unidades orgânicas e que isto venha progressivamente a acontecer à medida que os contratos de adjudicação do fornecimento destas refeições forem acabando.

Por que é que o fazemos?

A situação que temos perante nós, Sras. e Srs. Deputados, é simples de descrever.

As cantinas escolares que ainda funcionam de forma social e pedagogicamente ajustada, merecem a confiança dos pais e das mães e conquistam a adesão das crianças e jovens, contribuindo para o sucesso escolar e para o prazer da/e na escola.

As cantinas escolares que por outro lado, ou ao contrário, contratam outsourcing, com o único objetivo de poupar dinheiro ao Governo, portanto é o Governo Regional o principal responsável por este processo, são um importante fator para a permanente preocupação dos pais e das mães, diria mesmo para a sua permanente indignação, ou pelo menos frequente indignação e são

sobretudo um fator vital para o desprazer, para a rejeição e para a desconfiança de muitas crianças e jovens, pela escola.

Uma escola que não trata bem os seus alunos, não pode esperar sucesso e a lógica economicista nas escolas públicas, do nosso ponto de vista, paga-se com insucesso escolar, paga-se com abandono e paga-se, mais uma vez, com o acentuar das desigualdades sociais.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Era bom, Sra. Deputada Zuraida Soares, que a relação que faz entre o fornecimento de refeições por parte de empresas e a elaboração ou confeção de refeições em escolas, fosse aquela que seria a razão, eventualmente, do insucesso ou da má nutrição, como disse aqui de certa forma. Está de longe esta relação de ser provada!

Deputada Zuraida Soares (BE): Ouça os pais! As mães!

A Oradora: De todo! Não tem qualquer relação.

O que aqui importa é que o PS definiu um modelo, um modelo que está a ser implementado nas nossas 40 unidades orgânicas que se desmembra por escolas principais e escolas primárias e há aqui um fator que não cabe nesta discussão porque não temos tempo para tal, mas estamos disponíveis, Sra. Deputada Zuraida Soares, é efetivamente a ver com a educação alimentar, que está nas escolas mas também está em cada uma das famílias e na forma como as famílias também olhem para o serviço que a escola presta.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos então passar à votação do aditamento, art.º 22.º A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos contra do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta também apresentada pelo BE, aditamento art.º 22.º B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Peço desculpa, por favor sentem-se.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para dizer que esta proposta que o BE traz a esta Casa, em nada é de novo, novo é o facto do Governo do PS ter feito, de forma inédita, um modelo de empréstimos escolares.

Esta proposta em nada traz de novo, que é o próprio BE que não altera os princípios orientadores desta proposta.

Portanto, é precisamente a mesma situação.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Este aditamento prevê alterar seis artigos do Decreto Legislativo Regional sobre esta matéria.

Vou coloca-los à votação separadamente.

Portanto, está à votação o art.º 1.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O art.º 1.º da proposta de aditamento, foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS-PP, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está à votação o art.º 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O art.º 3.º da proposta de aditamento, foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 19 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e uma abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS-PP, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE e uma abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos a favor do BE.

Presidente: Artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM, 19 votos a favor do PSD e 2 votos a favor do BE.

Presidente: Por fim o art.º 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM, 19 votos a favor do PSD e 2 votos a favor do BE.

Presidente: Pergunto à câmara se posso colocar à votação conjunta os art.ºs 23.º e 24.º?

Portanto está à votação conjunta os art.ºs 23.º e 24.º, da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 19 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS-PP e uma abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 25.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Artigo 26.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 27.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 28.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 19 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS-PP e uma abstenção do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo BE, art.º 28.º A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de adiamento anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos contra do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao art.º 29.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então à votação o art.º 29.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Coloco à câmara a possibilidade de votar o art.º 30.º e 31.º em conjunto.

Não havendo oposição está à votação os dois artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação então agora a proposta de aditamento, apresentada pelo PSD, art.º 31.º A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Está à votação o art.º 32.º da proposta

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo BE ao art.º 33.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e uma abstenção do PPM.

Presidente: Está à votação o art.º 33.º da proposta

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo BE ao art.º 34.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e uma abstenção do PPM.

Presidente: Está à votação o art.º 34.º da proposta

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS-PP, 2 abstenções do BE e uma abstenção do PPM.

Presidente: Está à votação o art.º 35.º da proposta

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 19 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS-PP e uma abstenção do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo BE, art.º 35.º A.

Dentro desta proposta de aditamento que altera o Decreto Legislativo Regional 1/2016/A e o 9/2016/A, há a proposta de alteração a dois artigos, o 17.º e o 21.º.

Basta colocar esses dois à votação, não precisa depois dentro do clausulado?

Então está à votação o art.º 17.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e 2 votos a favor do BE.

Presidente: Artigo 21.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 19 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS-PP e uma abstenção do PPM.

Presidente: Pergunto à câmara se posso colocar à votação conjunta os art.ºs 36.º e 37.º? Não.

Então será artigo a artigo.

Artigo 36.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 4 votos contra do CDS-PP,

Presidente: Artigo 37.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à proposta de aditamento, apresentada pelo PSD, art.º 37.º A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira, pede a palavra para?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Para solicitar que o ponto 4 fosse votado separadamente, do aditamento ao 37.º B, que é o que estamos a votar.

Presidente: Este aditamento, art.º 37.º B, tem quatro números, portanto vamos votar separadamente apenas o n.º 4.º.

Está então à votação o n.º 1, n.º 2 e n.º 3, deste art.º 37.º B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Agora coloco à votação o n.º 4.º deste artigo 37.º B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM, 19 votos a favor do PSD e 2 votos a favor do BE.

Presidente: Está então agora à votação o aditamento apresentado pelo PSD, art.º 37.º C.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS-PP, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Passamos então agora à votação do art.º 38.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento, apresentada pelo CDS, art.º 38.º A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo BE ao art.º 39.º.

Sr. Deputado Bruno Belo, pede a palavra para uma interpelação?

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, é para solicitar a votação ponto a ponto.

Presidente: Cada um dos artigos que compõem esta proposta de alteração.

Sr. Deputado André Bradford.

(Pausa)

Do BE ao art.º 39.º, nomeadamente faz alterações ao art.º 2.º, 3.º, 6.º e 8.º do diploma a que se refere este artigo.

Vou então colocar à votação o art.º 2.º.

(Pausa)

Tem razão, só faz alteração ao 3.º e ao 6.º.

Está então à votação o art.º 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos contra do PSD, 4 votos a favor do CDS, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Agora o art.º 6.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação o art.º 39.º da proposta.

Sr. Deputado Bruno Belo.

Ponto a ponto também?

Portanto esta proposta do diploma original altera o art.º 2.º, 6.º e 8.º do diploma em concreto.

Vou colocar então à votação ponto a ponto.

Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Primeiro para pedir um esclarecimento.

No art.º 6.º do 39.º, alínea d), que é eliminada, de acordo com a nossa análise esta alínea já tinha sido eliminada no Orçamento anterior, portanto temos dúvidas do que é que novamente esta eliminação significa.

Presidente: Sra. Deputada, a proposta original, nomeadamente no seu art.º 39.º, altera aqui uma série de decretos legislativos regionais, que me vou abster agora de os enunciar, nomeadamente faz alterações ao n.º 3.º do art.º 2.º, à alínea d), do n.º 2, do art.º 6.º ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Sim. Mas a alínea d), Sra. Presidente, já tinha sido eliminada no Orçamento anterior e no anterior.

Portanto, estamos a eliminar exatamente o quê? A eliminar a eliminação? O que é que estamos a eliminar?

Presidente: Sra. Deputada, neste momento não tenho informação que me permita dizer-lhe, para além de que se altera também o n.º 3.º do art.º 6.º e o n.º 5.º do art.º 8.º.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa):** Srs. Deputados, penso que se trata de facto de um lapso de redação, portanto a alínea d), já havia sido eliminada em março passado, portanto fica ...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária pelo esclarecimento, depois em sede de redação final há-se ser tido em consideração.

Sra. Deputada Zuraida Soares, pede a palavra para uma interpelação à Mesa?

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Não. Era para uma intervenção, Sra. Presidente.

Efetivamente, tendo ficado esclarecida relativamente ao lapso da alínea d), gostaria também de pedir, neste caso novamente à Sra. Secretária Regional da Segurança Social, que nos esclarecesse, ou pelo menos que esclarecesse o BE, sobre o que é que exatamente o ponto 3.º, do art.º 6.º, que reza assim: “Para efeitos do disposto no número anterior, são relevantes os rendimentos mensais de pensão, prestação social de inclusão, trabalho e atividade por conta própria”, o que eu pergunto à Sra. Presidente, é se com alguma clareza, me, ou nos explica o que é que exatamente isto quer dizer? Quais são as consequências daquilo que aqui está consignado.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Andreia Costa*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O objetivo de toda esta alteração ao CRP, como sabem entrou em vigor um normativo que prevê a criação da prestação social para a inclusão.

Portanto, há um conjunto de beneficiários de, por exemplo, pensão social de invalidez e outras, que transitam destes regimes, uns automaticamente, outros por via de requerimento, para a prestação social de inclusão.

O objetivo destas alterações é que fique consagrado e garantido que estas pessoas pelo facto de transitarem de uma pensão social de invalidez, para a prestação social única, não perdem o direito ao complemento regional de pensão.

Portanto, o que está consagrado, quer na alteração ao art.º 2.º, quer na alteração ao art.º 6.º e 8.º, pretende exatamente isto.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sra. Deputada Zuraída Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares** (*BE*): Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Então podemos concluir, Sra. Secretária Regional, que a prestação social de inclusão, será descontada daquilo a que nós chamamos o cheque pequenino.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Não!

A Oradora: Não? É aquilo que aqui está!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Sra. Deputada Zuraída Soares, está no uso da palavra.

A Oradora: A verdade, Sra. Secretária Regional, é que de acordo com aquilo que aqui está, consignado neste Orçamento, de acordo com a eliminação que os

senhores fizeram já no outro Orçamento e que agora foi um lapso que aqui colocaram, aquilo que quer dizer é que a prestação social de inclusão, que é atribuída a pessoas portadoras de deficiência, é retirada do valor daquilo a que as pessoas chamam o cheque pequenino.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Não é!

A Oradora: Ah, é, é, Sra. Secretária! Se não é, tem que ser revisto, refeito e reformulado, porque é isso que aqui está Sra. Secretária.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Andreia Costa*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Penso que há aqui uma confusão.

Este ponto 3, do art.º 2.º, no fundo define quais são os rendimentos, da mesma maneira que já contava a pensão social de invalidez, conta agora a prestação social para a inclusão. É exatamente a mesma coisa!

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Não é a mesma coisa!

A Oradora: É sim senhora! Conta exatamente a mesma coisa! Peço desculpa, Sra. Deputada, não está a entender bem o que se pretende com a alteração.

Na última sessão de março, foram introduzidas alterações que incluíram outro tipo de rendimentos. Certo?

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Estamos a dizer a mesma coisa!

A Oradora: Não, não se desconta absolutamente nada, passa-se a considerar, á semelhança do que se considera com todas as outras pensões, no rendimento para efeitos de colocação no escalão. É o que daqui se trata!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para o BE Açores, esta proposta no n.º 3, é a marca deste Orçamento e é a marca do pensamento política do PS nos Açores.

Deputada Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Por isso, Sras. e Srs. Deputados, nós fizemos questão de destacar este ponto e de destacar esta medida.

Esta é a prova de que o BE tem razão, quando diz que este Orçamento é o deserto para alguns e é o oásis para outros.

O que é que o Governo Regional, Sras. e Srs. Deputados, está na realidade a fazer? Um apoio que foi elaborado na República, proposto pelo BE na República, mesmo assim esmifrado pelo Governo Socialista da República, mas apesar de tudo saiu uma prestação social de inclusão, esmifrado lá, chega aqui e é duplamente esmifrado pelo PS, de que maneira? Uma pessoa portadora de uma deficiência, que recebe uma miséria desta prestação social de inclusão, vai descontar no valor, já de si irrisório, do cheque pequenino.

Deputada Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Só posso dizer uma coisa, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, os senhores não têm vergonha! Os senhores não têm vergonha de fazer isto!

Deputada Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Finalmente caiu a máscara a este Governo! Dá com uma mão e tira com a outra!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O que se está a passar agora nesta fase do debate é um pretexto, encenado ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pretexto?

Deputada Zuraída Soares (BE): É um filme!

O Orador: Já lá chegamos!

Baseia-se no facto da Sra. Deputada Zuraída Soares, ter pedido esclarecimentos, legitimamente, sobre uma coisa em relação à qual já tinha uma posição fechada.

Deputada Zuraída Soares (BE): Seja sério, Sr. Deputado!

O Orador: A senhora não queria ser esclarecida!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: A senhora não queria ser esclarecida, o que a Sra. Deputada queria era das duas uma: ou a Sra. Secretária assumisse a leitura que a senhora fazia e nesse caso a senhora chegava ao fim e dizia o que disse, ou então que a Sra. Secretária dissesse que a senhora estava a ler mal e isso não faz diferença nenhuma porque no fim a senhora diz exatamente a mesma coisa que já queria dizer...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não pode!

O Orador: ... ou seja, o que a senhora queria era que independentemente da resposta do Governo, a Sra. Deputada pudesse independentemente do que fosse dito, dizer que a marca deste Orçamento estava aqui e, portanto, o que havia era uma desvalorização das políticas sociais, aliás a senhora até falou deste assunto como se não fosse parceira do Governo da República, na República ...

Deputada Zuraída Soares (BE): O senhor não ouviu nada do que eu disse!

O Orador: ... como se a política social que se pratica na República, não fosse em parte ligada à sua conceção de políticas sociais.

Mas há uma coisa que a senhora não vai conseguir: com isto a Sra. Deputada não conseguirá que os açorianos deixem de achar que este Governo Socialista, se marca tem, é na área social!

Se pode ser reconhecido por alguma coisa nesta Região, foi por ter melhorado exponencialmente a política social na Região, por ter atendido aos vários tipos de necessidade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Se há marca que este Governo tem, que os nossos governos têm, é essa marca, Sra. Deputada, portanto não lhe fica muito bem participar de um esforço de governação na República, que tem uma conceção de políticas sociais que a senhora partilha e depois vir aqui, na Região onde nós praticamos o mesmo tipo de políticas sociais, fazer disso o argumento para ser contra a Proposta do Governo de Plano e Orçamento. Não fica bem!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O que não fica bem, Sr. Deputado André Bradford, é o PS regatear o conteúdo desta proposta na República, proposta do BE, o senhor não ouviu aquilo que eu

disse, mas eu disse isto na primeira intervenção, e quando chegamos à Região Autónoma dos Açores, o PS volta novamente a regatear para transformar isto em coisa nenhuma.

Sra. Secretária Regional da Segurança Social, se fosse verdade aquilo que a senhora afirmou ...

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): É verdade!

A Oradora: ... eu vou dizer-lhe como é que este artigo devia ficar escrito: “Para efeitos do disposto no número anterior, são relevantes os rendimentos mensais de pensão, trabalho e atividade por conta própria. Ponto! Ponto!”.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Mas a senhora e o Governo Regional tiveram que incluir a esta mísera pensão, para retirar o cheque pequenino.

Portanto, o BE tem razão naquilo que está a dizer, pediu um esclarecimento à Sra. Secretária Regional, com toda a legitimidade porque quis ter a certeza de que não estava a fazer uma análise enviesada, a Sra. Secretária Regional prestou a informação, prestou o esclarecimento e nós retirámos as conclusões.

Portanto, nada mais há a dizer a não ser *shame on you!*

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O BE esgotou o seu tempo, para este debate.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional,

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: Para que caia uma máscara e para que tenhamos vergonha, é preciso que de facto haja ou tenhamos tomado alguma decisão ou feito alguma proposta, que viesse condicionar a acessibilidade a este tipo de complemento.

O que nós estamos a fazer aqui é exatamente o contrário!

Deputada Zuraida Soares (BE): Uma coisa é uma, outra coisa é outra coisa!

A Oradora: Ouça por favor o meu esclarecimento até ao fim.

Vou repetir: foi criada uma prestação social para a inclusão. Os beneficiários desta prestação, alguns deles, transitam automaticamente de um conjunto de pensões, por exemplo, a pensão social e a bonificação para deficiência.

Até agora, por exemplo, as pessoas que beneficiavam de bonificação para deficiência não eram beneficiárias do complemento regional de pensão.

Com esta alteração, com esta alteração, que nós aqui trazemos, estes, não só os da bonificação para deficiência, como os da pensão social de invalidez que transitam para o novo regime e para a nova prestação social, uns continuam a beneficiar e outros passam a poder beneficiar.

Deputada Zuraida Soares (BE): Desconta ou não desconta do cheque pequenino?

A Oradora: É o que aqui se está a fazer! Não estamos a excluir absolutamente ninguém! Primeiro ponto.

Antes pelo contrário, se formos ao detalhe da norma e para quem sabe o que é a prestação social para inclusão, como eu sei que a Sra. Deputada Zuraida Soares sabe, saberá que até hoje, de facto, aqueles que beneficiavam da bonificação por deficiência, não tinham acesso ao complemento regional de pensão.

Com esta alteração, passando a ser beneficiários da prestação social para a inclusão, passam a poder beneficiar do complemento regional de pensão, por um lado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputada Zuraida Soares (BE): Dão com uma mão e tiram com a outra!

A Oradora: Outra coisa, Sra. Deputada, são os rendimentos que contam, e que já contavam, para efeitos de colocação no escalão do complemento regional de pensão...

Deputada Zuraida Soares (BE): A senhora não quer usar o termo!

A Oradora: Escalões do complemento regional de pensão.

Para efeitos de colocação e de definição do escalão entram um conjunto de rendimentos, já contava a pensão social. A pensão social já era um rendimento que contava para efeitos do complemento regional de pensão e que agora, naturalmente, continua a contar. O que está aqui dito é exatamente isso, muda a designação, deixa de existir pensão social e passa a existir uma prestação social para a inclusão.

Deputada Zuraida Soares (BE): Desconta do cheque pequenino?

A Oradora: Por que é que não podemos deixar exclusivamente a palavra pensão? Porque uma coisa é uma pensão, isto é da definição da segurança social, estão aqui pessoas que sabem isto melhor do que eu ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é nada disso!

A Oradora: É sim senhor!

... uma coisa é uma pensão e outra coisa é uma prestação! São coisas distintas!

Por isso, em termos de rigor legislativo, importa que assim se defina.

O que nós estamos aqui a fazer não é reduzir, não é reduzir absolutamente nada ...

Deputada Zuraida Soares (BE): É a reduzir o cheque pequenino!

A Oradora: ... não se reduz o acesso, garantimos àqueles que já beneficiavam e mais do que isso, se formos ao detalhe aqueles que eram por exemplo beneficiários da bonificação por deficiência e que não tinham acesso ao complemento regional de pensão, passam a poder beneficiar deste complemento. É disto exclusivamente que se trata.

Portanto, importa que tenhamos todos calma, que não embandeiremos em arcos, nem em máscaras, nem em absolutamente nada, porque não é disto que aqui se trata.

Não façamos de uma norma que é de garantia de direitos, que é o que aqui nós estamos a tratar, é uma norma para garantia de direitos, não tentemos fazer disto um caso, porque de facto não é justo.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é um caso!

Deputado André Bradford (PS): É um pretexto!

A Oradora: É exatamente, trata-se aqui de um pretexto, penso eu. Penso eu que é uma tentativa de encontrar aqui nesta norma um pretexto, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não são pretextos!

A Oradora: ... pretexto este que não existe, não existe facto.

Devo dizer-lhe, Sra. Deputada, que para que esta norma fosse trazida aqui, nós verificamos quase caso a caso, para termos a certeza absoluta que com o que aqui dispúnhamos ninguém, que tivesse até hoje a beneficiar, ficaria fora deste complemento regional de pensão.

Foi este o propósito que estive desde o início do nosso trabalho, portanto foi um trabalho exaustivo, bastante detalhado e que garante exatamente isto que lhe estou a dizer.

Deputada Zuraida Soares (BE): O cheque pequenino é descontado!

A Oradora: Estou perfeitamente segura e tranquila de que ninguém deixará de beneficiar do complemento regional de pensão por esta via, antes pelo contrário.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Por economia de tempo vou limitar-me a ler o que está e o que passa a estar.

O que está, diz assim: “Para efeitos do disposto número anterior (ou seja, o computo dos rendimentos que conta para atribuição do cheque pequenino), são relevantes os rendimentos mensais de pensão, trabalho e atividade por conta própria”.

Passa a dizer assim: “Para efeitos do disposto número anterior, são relevantes os rendimentos mensais de pensão, prestação social de inclusão, trabalho e atividade por conta própria”.

V. Exa. acrescentou mais um tipo de rendimentos ao computo dos rendimentos para atribuição do cheque pequenino, o que levará à diminuição do cheque pequenino para quem receber a pensão social de inclusão. Foi isso que a senhora fez!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado, para uma interpelação.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente, no sentido de lhe informar que da parte da Representação Parlamentar, já foi aqui admitido por parte do Governo que tem um erro na redação da proposta, eu

quero dizer-lhe que da nossa parte vamos utilizar todas, todas as competências do ponto de vista regimental e legal para impedir que em sede de redação final se venha a introduzir alterações substanciais ao que aqui está escrito, só porque o Governo não quer reconhecer o seu erro.

Portanto, a interpelação à Mesa é para lhe dar esta informação.

Da minha parte não autorizo que nenhuma redação final, venha alterar o conteúdo efetivo da proposta que aqui está.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, fica registada a sua interpelação, mas a Mesa tem também aqui que fazer um esclarecimento, que aliás é comum em todas as votações do Plano e Orçamento, que é, até nas próprias propostas de alteração apresentadas pelos partidos, se detetarem determinados erros que depois são corrigidos em sede de redação final.

O que eu disse, para ser tomada em consideração pela Comissão de Economia, que é a Comissão competente para fazer a redação final, é que a alínea d), do n.º 2, do art.º 6.º, onde há um lapso que refere uma eliminação ...

(Apartes inaudíveis do Deputado Paulo Estêvão)

Presidente: Sr. Deputado, fez uma interpelação à Mesa, eu estou a esclarecer.

O que a Mesa referiu à Comissão de Economia foi apenas isto: detetou-se que havia uma alínea que efetivamente já não existe no diploma que está em vigor e eu alertei a Comissão de Economia que teria que ter em consideração que a alínea d), do n.º 2, do art.º 6.º, efetivamente está aqui como eliminada, como um lapso. É isso que em sede de redação final será corrigido.

Mas também quero dizer-lhe que bastas vezes acontecem situações destas, e penso que em prol também do decorrer normal dos nossos trabalhos, é uma forma rápida e célere de corrigir aquilo que todos nós reconhecemos que é um erro.

O Sr. Deputado naturalmente tomará as precauções que entender.

Pergunto se há mais alguma inscrição?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste artigo.

Volto a perguntar ao PSD, penso que foi o partido que requereu a sua votação separada ... A votação separada deste artigo, não é? Foi o que tinham requerido? Só o 6.º é que tem que ser separado?

O art.º 39.º altera o 2.º, o 6.º e o 8.º.

O 6.º já não há votação, portanto é só o 2.º e o 8.º separado. Certo?

(Pausa)

Ah, tem o n.º 3, claro que sim, aqui o foco do nosso debate e eu já me esquecia do n.º 3.º.

Está à votação o art.º 2.º, do art.º 39.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 6.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM.

Presidente: Artigo 8.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 19 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM.

Presidente: Coloco então agora à votação uma proposta do BE, para aditar um art.º 39.º A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Coloco agora à votação uma proposta de aditamento, também um art.º 39.º A, desta feita apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação uma proposta de aditamento apresentada pelo BE, art.º 39.º B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação uma proposta de aditamento apresentada pelo BE, art.º 39.º C.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação uma proposta de alteração também apresentada pelo BE ao art.º 40.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação o art.º 40.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação uma proposta de aditamento apresentada pelo PSD, art.º 40.º A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está agora à votação o art.º 41.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 4 abstenções do CDS-PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Artigo 42.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Artigo 43.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Artigo 44.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 4 votos contra do CDS-PP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo PSD, art.º 44.º A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação o art.º 45.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 4 abstenções do CDS-PP e uma abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de eliminação, apresentada pelo BE, ao art.º 46.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Ficam assim prejudicadas as propostas de alteração do PPM e do PSD, uma vez que são de igual teor.

Está então agora à votação o art.º 46.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM.

Presidente: Passamos agora às propostas de aditamento, todas apresentadas pelo BE.

A primeira é a 46.º A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Artigo 46.º B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Artigo 46.º C.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo BE ao art.º 47.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS-PP, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE e uma abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de eliminação, apresentada pelo PPM a este art.º 47.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Está agora à votação o n.º 1 e n.º 2, do art.º 47.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O n.º 1 e n.º 2 do artigo anunciado foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação o n.º 3 e n.º 4, deste art.º 47.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: Os n.º 3 e n.º 4 do artigo anunciado foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo BE ao art.º 48.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Está então agora à votação o art.º 48.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 abstenções do BE e uma abstenção do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o art.º 49.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Sr. Deputado Luís Maurício para uma interpelação?
Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para solicitar à Sra. Presidente nos termos regimentais, um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Sendo regimental será concedido, mas eu vou pedir à Sra. Secretária que anuncie o resultado da votação, para ficar encerrado este ponto das votações.

Sra. Secretária, faça favor.

Secretária: O artigo 49.º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Vamos então fazer um intervalo regimental.

O Sr. Secretário da Mesa vai fazer o favor de anunciar os tempos restantes.

Secretário: O Governo Regional tem 23 minutos e 54 segundos;

O PS, 7 minutos e 16 segundos;

O PSD, 4 minutos e 38 segundos;

O CDS-PP, esgotou o seu tempo;

O BE, esgotou o seu tempo;

O PPM, 4 minutos e 53 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos às 19 horas e 15 minutos.

Eram 19 horas e 01 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 19 horas e 19 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Vamos continuar com as nossas votações.

Coloco à votação a proposta de alteração, apresentada pelo BE ao art.º 50.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação o art.º 50.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD e 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação o art.º 51.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento, o art.º 51.º A, apresentado pelo PSD.

Sra. Deputada Maria João Carreiro, tem a palavra.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É uma questão de princípio para o PSD Açores que nenhum docente licenciado atinja o topo de carreira com mais de 34 anos de serviço.

Está em causa a penalização de três anos de serviço, fruto das transições entre carreiras, face ao reposicionamento ao abrigo da legislação em vigor.

Está em causa o facto de a transição ter sido feita em função do índice e não em função do tempo de serviço.

Assim sendo, a presente iniciativa cria um mecanismo de reposição de contagem deste tempo de serviço, tempo este de serviço que é contabilizado e reconhecido pela tutela conforme apresenta as tabelas enviadas para todas as escolas, no entanto não conta o tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira. É um tempo de serviço que advém antes de qualquer tipo de congelamento, é um tempo de serviço prestado à Região e não é admissível que um docente com 22 anos de serviço atinja a carreira com 37 anos de serviço, enquanto um docente que entrará ao abrigo da legislação em vigor, chegará ao topo de carreira com 34.

Tenho dito.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Sónia Nicolau, tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta proposta que é apresentada pelo PS, o PS gostaria de obter aqui algum esclarecimento.

O PSD vem propor um art.º 5.º, aqui naquele que é cumulativamente com os restantes pontos do art.º 4.º.

A pergunta que faço é: considerando a proposta que aqui é apresentada, o tempo dos docentes do 1.º, 2.º, 3.º e 4.º escalão, no computo com os restantes artigos, que tempo é que irão acumular? Serão 3 ou mais anos?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sra. Deputada Sónia Nicolau, tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma vez que não respondeu e nós não conseguimos perceber efetivamente o que é que está aqui em causa, parece-nos que a proposta do PSD o que vem fazer é colocar os professores do 1.º, 2.º, 3.º e 4.º escalão, a passar à frente dos professores do 5.º porque tem que ser congregado com os restantes pontos. A legislação do ponto 5 não pode viver só por si, por uma razão muito simples, o art.º 4.º tem 9 pontos, portanto tem que se congregarem todos eles.

A segunda questão é: se os docentes do escalão 5.º, vão ou não vão ultrapassar os docentes do escalão 6.º?

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sra. Deputada Maria João Carreiro, tem a palavra.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O que está aqui em causa é o princípio que o PSD defende: nenhum docente deverá atingir o topo de carreira com mais de quatro anos de serviço.

Gostaríamos, até neste caso, que o Sr. Secretário viesse ou não esclarecer se há docentes ou não, a atingir a carreira com 37, enquanto outros atingem com 34 ou menos do que isso.

Segunda questão: se acham que poderá ser retificada a norma, até nós desafiamos o Governo a apresentar uma alternativa, o princípio é: estamos do lado dos docentes, nenhum deverá atingir mais de 34.

Além disso, de acordo com a redação da norma, assim está clarificado, nenhum docente ultrapassado, além de que se for ler a legislação em vigor, há uma norma que impede precisamente que haja ultrapassagens.

Tenho dito.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Sónia Nicolau, tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada acabou de anular a sua proposta, porque existe o art.º 8.º e 9.º que propõe precisamente essa situação.

Posto isto, Sra. Deputada, para que fique registado: nenhum docente que tenha entrado ao abrigo do Estatuto da Carreira Docente 2007, chegará ao índice 340, com 33 anos e não com 34 anos.

A incapacidade do PSD a responder às suas propostas não é a primeira vez, é a segunda vez.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação desta proposta de aditamento do PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo PS, art.º 51.º A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo BE, ao art.º 52.º.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta deste Governo Regional, subscrita pelo Presidente do Governo, subscrita pelo Sr. Vice-Presidente do Governo, subscrita pelos restantes membros do Governo, mas fundamentalmente em relação ao Sr. Secretário da

Educação, com o seu défice que tem, em relação à compreensão do que é um sistema democrático e à desvalorização que aqui fez do Parlamento tantas vezes, a mim essa sua postura não me surpreende, mas a postura do Sr. Presidente do Governo e a postura do Sr. Vice-Presidente do Governo, em relação a esta matéria, eu posso e acuso, este Governo Regional de aqui trazer uma proposta que é uma vergonha, que é um insulto, porque o que os senhores dizem é: “vamos dar uma compensaçãosinha àquelas crianças e àqueles jovens, por não cumprirmos no Corvo, por não cumprirmos as nossas funções, por não cumprirmos as nossas funções que nos cabem a nós de criar as condições para que possam ter refeições condignas, como todos os outros alunos dos Açores e como todos os outros alunos do País!”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vergonha!

O Orador: Os senhores estão a criar condições de discriminação atroz e eu posso perdoar tudo, mas mesmo tudo, menos a discriminação dos jovens e das crianças do Corvo. Não vos perdoo isso!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Iasalde Nunes, tem a palavra.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Governo Regional tudo fez para garantir que os alunos do Corvo tivessem acesso a refeições escolares este ano. O Sr. Deputado sabe isso!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falso!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mentira!

O Orador: A decisão foi a da contratualização de serviços para os possíveis interessados em usufruir dessas refeições.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falso!

O Orador: O Conselho Executivo da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira, enviou uma carta convite à Santa Casa da Misericórdia, que por sua vez não apresentou uma proposta, uma vez que as obras de requalificação não estavam concluídas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eles já sabiam!

O Orador: Por falta desta contratualização de serviços, o Governo Regional decidiu adotar uma medida alternativa, compensatória aos alunos do Corvo, assegurada neste Orçamento para 2018.

Insultuoso seria se o Governo Regional nada fizesse, se fechasse os olhos e se fugisse às suas responsabilidades.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a esmola!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu já sabia, Sr. Deputado Iasalde, deram-lhe um papel para ler e esse papel diz-lhe: “rosa, sim; azul não!”. Eu já sabia que V. Exa. trazia aqui o que sabe que é falso! O Governo prometeu que este ano existiam refeições escolares e eu disse-lhes que não existiam essas condições. Afinal não há! Essas condições não existiram! Essas condições não estão criadas!

Mais (eu vou utilizar essa palavra com toda a responsabilidade, provando-a neste hemiciclo ou em qualquer outro local, disponibilizo-me desde já a fazê-

lo), os senhores o que estão a fazer é pressionar a Santa Casa da Misericórdia, de forma absolutamente ilegal, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... os senhores estão a tratar a Santa Casa da Misericórdia como se fosse um serviço administrativo, em que os senhores podem pôr e dispor, eu vou dizer-lhe: isso é absolutamente ilegal o tipo de pressões (e vou utilizar a palavra) chantagens! O tipo de pressões e de chantagens que estão a exercer sobre a Santa Casa da Misericórdia.

Mas eu vou dizer-lhe, já uma vez meti um processo que chegou ao Papa, o Papa decidiu favoravelmente à minha causa e vou dizer-lhe o seguinte: em relação a esta questão e a estas pressões absolutamente ilícitas que se estão a fazer sobre a Santa Casa da Misericórdia e todo este tipo de manobras, eu vou denunciar, vou denunciar esta situação e vou chegar até onde tiver que chegar, porque a Santa Casa da Misericórdia, qualquer outra instituição tem que ter a liberdade de agir de acordo com aqueles que são os seus interesses e daquelas que são as decisões dos seus órgãos livremente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O responsável é Vasco Cordeiro!

O Orador: Termino, Sra. Presidente, dizendo o seguinte: esta questão irá resolver-se, porque a sociedade açoriana, e eu quero aqui agradecer a todos os açorianos, que presencialmente ou através de e-mails, ou de outro tipo de comunicações tem-me apoiado nesta luta. Achem inacreditável e para eles é uma vergonha ter um Governo que se porta assim, um Governo que discrimina as crianças e os jovens do Corvo! Para eles é uma vergonha que este Governo se comporte desta forma e que discrimine estas crianças. Eles não aceitam! Os açorianos não aceitam que as crianças e os jovens do Corvo, sejam discriminadas da forma que estão a sê-lo! Não aceitam discriminações porque para eles todos, mas todos os açorianos têm os mesmos direitos e a mesma dignidade!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM esgotou os eu tempo para este debate.

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, não vou discutir em concreto a questão que está a ser apreciada, mas em primeiro lugar acho que devia melhorar a qualidade dos seus argumentos em vez de subir o tom de voz, cada vez que está incomodado.

Em segundo lugar, isso é que me preocupa neste caso concreto, aquela atitude de sobrançeria intelectual que o senhor teve para com um Deputado desta bancada, por nós não será tolerada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que não é tolerável são as suas atitudes!

O Orador: Não é admissível que o senhor coloque em causa a capacidade oratória ou a autonomia de intervenção de um Deputado desta Casa, dizendo que ele recebe papeis escritos para ler. Isso é inadmissível!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Sr. Deputado acrescentou às suas já reconhecidas qualidades uma outra ...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sr. Deputado André Bradford, pode continuar.

O Orador: Ia concluir já, Sra. Presidente.

O Sr. Deputado acrescentou às suas já reconhecidas características (eu ia dizer qualidades, mas não era a palavra adequada era um excesso) uma outra e essa não é tolerável na sã convivência entre bancadas que têm posições ideológicas

diferentes, que é a de se achar acima da capacidade política e intelectual dos outros.

Portanto, é sobre isso que eu acho que não podia deixar de fazer uma intervenção nesta Casa.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para um protesto, Sra. Presidente.

Presidente: Um protesto a?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Um protesto para as afirmações insultuosas do Sr. Deputado André Bradford, que me acusou aqui de sobrançeria intelectual e de insulto a um Sr. Deputado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, as afirmações do Sr. Deputado André Bradford, não lhe conferem o direito de pedir um protesto, o senhor sabe que não tem tempo. Neste momento do debate faltam-nos 5 artigos para concluir os nossos trabalhos e eu apelo a todos que possamos continuar os nossos trabalhos com a dignidade que este Parlamento nos exige. Peço a todos!

Portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, não lhe posso conceder a palavra para um protesto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Jugo não haver.

Vamos então votar a proposta de alteração apresentada pelo BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e 2 votos a favor do BE.

Presidente: Vamos então agora votar o art.º 52.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está agora à votação o art.º 53.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo CDS, art.º 53.º A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação o art.º 54.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 19 votos contra do PSD, 1 voto contra do PPM e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento, art.º 54.º A, apresentado pelo PS.

Sr. Deputado António Lima, pede a palavra para?

Deputado António Lima (BE): Para uma interpelação à Mesa, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, o BE não tem tempo, não pretende fazer uma intervenção, como é óbvio, mas para votarmos esta proposta, gostaríamos de pedir um esclarecimento, se fosse possível.

Presidente: Sr. Deputado, se é uma dúvida formal a Mesa pode esclarecer, se é uma dúvida de conteúdo, não tendo tempo para intervir no debate lamentoso, só se for mesmo uma questão de conteúdo.

(*) **Deputado António Lima (BE):** É uma dúvida concreta e simples, ao proponente.

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estou a tentar esclarecer.

A verdade é que os pedidos de esclarecimento, que fazem parte do debate, exigem que os partidos tenham tempo também para as colocar.

Portanto, se fosse uma questão formal, da forma como a proposta de alteração foi apresentada à Mesa, ou outra, a Mesa poderia responder. Não há outra figura regimental, Sr. Deputado, lamento, que lhe permita levantar a questão.

Pergunto se há alguma inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos então passar à votação, ao aditamento do PS, 54.º A.

(BE abandonou a sala antes da votação)

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 4 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Solicitar que fique registado que o BE abandonou a sala e não fez a votação.

Presidente: Ficará registada, também não foi anunciada a votação.

Está agora à votação o art.º 55.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o art.º 56.º da proposta

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O PSD apresentou uma proposta de alteração ao mapa IV deste Orçamento, mas uma vez que todas as propostas de alteração que faziam alterar o mapa foram chumbadas, naturalmente que fica assim prejudicado.

Sendo assim, vamos fazer a votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional, Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2018, foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Concluimos assim estes dois pontos da nossa Agenda.

Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Uma declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O BE classificou este Orçamento, desde o início, como um oásis para os patrões e poderosos da Região e um deserto para os trabalhadores e trabalhadoras.

Insistimos neste ponto: este Orçamento acentua as desigualdades sociais, que já são por si o recorde absoluto dos Açores, a nível nacional.

É ainda marca deste Orçamento a lógica privatizadora para entregar os bens públicos à voragem do capital privado.

Nesta linha o Governo e o PS, apoiados por alguma direita tiram à Região instrumentos importantes de intervenção na economia e de defesa dos açorianos e açorianas, em futuras horas difíceis.

A marca liberal consagrada neste Orçamento, fere seriamente a autonomia e os supremos interesses dos Açores.

Tudo isto é mau, mas a cereja em cima do bolo, que concentra em si mesma a marca deste Orçamento, reside na assunção como rendimento da prestação social de inclusão, subtraindo o seu valor ao parco valor do cheque pequenino.

Esta medida de apoio às pessoas portadoras de deficiência é uma medida nova, no quadro da segurança social do nosso País.

Esta contribuição social, proposta pelo BE na República, foi mitigada pelo PS e sujeita a um crivo na sua obtenção que consideramos no mínimo exagerado, porque, Sras. e Srs. Deputados, estamos a falar de uma contribuição, de uma pequena contribuição para pessoas portadoras de deficiência e são estas pessoas que têm justamente um apoio específico, consignado naquilo a que se instituiu chamar “prestação social de inclusão”, que o Governo e o PS decidem taxar para diminuir, o já de si parco, cheque pequenino.

Esta medida, Sras. e Srs. Deputados, é bem o emblema deste Orçamento e condensa o fio político que a ele preside.

Também isto dá razão ao BE, quando considera este Orçamento um promotor de desigualdades sociais.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição para declaração de voto, para podermos avançar com os nossos trabalhos?

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Discutimos este Orçamento desde o início, com propostas concretas e com seriedade.

Lamentamos que não tenha sido acompanhado por todos, nomeadamente pela bancada do PS.

Apresentamos propostas para a juventude, que foram recusadas; apresentamos propostas para a economia, que foram recusadas; mas sobretudo apresentamos propostas numa área absolutamente essencial para a vida das pessoas, apresentamos propostas para combater as vergonhosas listas de espera, as maiores do País cirúrgicas da Região Autónoma dos Açores. Foram chumbadas pelo Partido Socialista!

Apresentamos verba para o Vale Saúde, verba para o Cirurge e verba também para outros equipamentos de saúde, nomeadamente para a câmara hiperbárica do Hospital de Santo Espírito, fundamental para tratar doentes com qualidade em determinadas patologias. O Partido Socialista chumbou!

Tudo o que era para facilitar e dar qualidade de vida aos doentes, o PS chumbou!

Mas, há uma proposta, um pequenino investimento, mas um grande investimento para os doentes, uma migalha de 50 mil euros, que o Partido Socialista chumbou, para salvar vidas no Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, que nós aqui em março, no último Orçamento, já o propusemos e foi chumbado pelo Partido Socialista! Salvar vidas com o equipamento de telemetria, que custa 40 ou 50 mil euros e que em março foi aqui dito que já estava para ser adquirido, mas que iam esperar pela Unidade de Cuidados

Intermédios, já estavam à espera há um ano, ou seja já é mais de dois anos que não sei quantas vidas se perderam, mas algumas se perderam, por culpa do Partido Socialista e do Governo do Partido Socialista, por uma migalha! 50 mil euros!

Mas, o mais grave disto tudo, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é que estas propostas quando são chumbadas deviam sê-lo por absoluta convicção do Partido Socialista. Chumba porque não são válidas! Chumba porque não trazem nada de bom para os açorianos! O que é lamentável e vou ficar apenas por aqui é que o chumbo de algumas destas propostas, fundamentais para os doentes dos Açores, tenham ficado dependentes de um bom humor do Presidente do Grupo Parlamentar do PS! Fico-me por aqui, por respeito aos doentes e aos açorianos! Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Para um protesto.

Presidente: Não são permitidos protestos a declarações de voto.

Deputado André Bradford (PS): Então na declarações de voto, pode-se desonrar quem se quiser?

Presidente: Sr. Deputado, o Regimento não permite. Lamento mas não lhe posso conceder a palavra para um protesto.

Deputado André Bradford (PS): Sim senhora, fiquei esclarecido.

Presidente: Pergunto se há mais alguma inscrição para declaração de voto?

Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Orçamento foi mais uma oportunidade perdida, era o momento de fazermos a rutura com a forma de fazer política na Região.

Este era o momento de privilegiar a economia privada, o equilíbrio da sociedade e a qualidade da democracia e a tudo isto o Partido Socialista disse não!

O PSD propôs baixar os impostos, propôs baixar as passagens aéreas inter ilhas, no momento em que o Governo vai embolsar a maior receita fiscal de sempre. O Partido Socialista não quis e prefere um Governo rico à custa das famílias açorianas.

Deputado Francisco César (PS): Isso já estava escrito!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD apresentou aqui propostas para ajudar os açorianos, sobretudo aqueles que mais precisam, os idosos e as crianças e apoiar as instituições de solidariedade social e para não variar, mais uma vez, o PS recusou.

O PSD defendeu aqui a existência de um serviço de estatística independente, a inspeção da administração pública livre da influência do Governo. O PS também não quis! O PS prefere usar a administração pública para fins partidários.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: Este debate deixou à vista de todos as diferenças entre uma governação socialista com 20 anos e um projeto social democrata alternativo.

Para o PSD baixar os impostos e baixar o preço das tarifas inter ilhas, é essencial para que haja mais investimento e para que haja mais emprego. Para o PS a economia gira à volta do Governo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Para o PSD a sociedade civil é o motor de uma Região melhor. Para o PS as instituições da sociedade civil, são um estorvo sempre que tem uma opinião contrário à do Governo.

Para o PSD uma democracia de qualidade, depende de uma administração publicação livre, de influencias político partidárias.

Para o PS o controlo da administração pública é uma via para se manter no poder.

As diferenças ficaram aqui claras neste debate e são muito claras.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: O PS já só apresenta novos slogans de uma velha propaganda político partidária.

O PSD tem uma visão positiva e alternativa e vamos continuar a apresentar boas propostas. Queremos uma rutura com as mesmas políticas de sempre e queremos contribuir para uns Açores melhor.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais declarações de voto?

(Pausa)

Julgo não haver

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Acabamos de aprovar as propostas de Plano e Orçamento para 2018.

Acabamos de fornecer, com o voto favorável do PS, os instrumentos e os meios para que o Governo Regional concretize este novo ciclo de políticas e de

medidas direcionadas para os rendimentos das famílias, dos açorianos e para o crescimento da nossa economia. Era esse o nosso compromisso e, felizmente, foi isso que aconteceu.

Tem agora o Governo Regional na sua posse, as condições e os instrumentos para que se aproveite e se consolide este esforço que temos findo a fazer de crescimento da nossa Região que felizmente ultrapassou com sucesso e com o esforço de todos os açorianos, uma fase difícil da nossa vida coletiva.

Cumprimos o que prometemos, ainda ontem, nesta Casa. Aprovamos propostas no Plano e no Orçamento de todos os partidos representados nesta Casa.

Contribuímos para a aprovação do pacote relativo à transparência e ao combate à corrupção que o PSD trouxe como um dos elementos centrais das suas preocupações relativamente aos Plano e ao Orçamento.

Também, outro exemplo, em relação ao PSD, percebemos a importância e reconhecemos o mérito da proposta relativa ao estudo sobre o cancro nos Açores, juntamo-nos a esse esforço e reconhecemos a importância dessa medida.

Portanto fizemos o que nos comprometemos a fazer: analisar com ponderação as propostas, verificar aquelas que nos pareciam corresponder aos limites que tínhamos definidos à partida e que eram, se bem se recordam, o interesse geral, os nossos compromissos eleitorais com o povo açoriano e, em última instância, a responsabilidade financeira na gestão da coisa pública.

Mas sobre esse aspeto há algo que eu gostava de salientar, terminando esta minha declaração de voto.

Se os partidos da oposição nesta Casa fizerem um esforço para juntar todas as propostas que viabilizaram (isto é só um exemplo para se perceber o que quer dizer) se fizerem um esforço juntar todas as propostas uns dos outros, que viabilizaram com base na rubrica da dotação provisional do Orçamento,

verificarão que aprovaram nesta Casa uma despesa de 16 milhões de euros, quando essa rubrica só tem 10.4 milhões de euros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é desonesto! Isso é falso!

O Orador: É isso que eu disse, e volto a dizer: é aí que se vê a responsabilidade financeira! É aí que se vê o cuidado na forma se se pagar o que se quer!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: É aí que se vê se as pessoas são capazes de justificar aquilo que querem gastar e a despesa que querem propor.

Aí é que se vê a falta de responsabilidade financeira na gestão da coisa pública.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Seja sério!

O Orador: Para nós, não! As finanças públicas são para manter equilibradas e o esforço agora deve ser direcionado a partir deste momento para as necessidades das pessoas, para o crescimento da nossa economia, para o sucesso das nossas empresas, para uma vida de qualidade das nossas famílias. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este é um partido, o Partido Socialista, partido governamental associado ao Governo, o partido governamental que suporta o Governo, que já dura há 21 anos e há 21 anos atrás, um então desconhecido jornalista dizia que nada iria mudar na Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estevão, está no âmbito da declaração de voto. O senhor sabe que não se podem fazer protestos a declarações de voto, eu peço-lhe que a sua declaração de voto não interfira diretamente com nenhum colega deste nosso Parlamento.

O Orador: Na Região Autónoma dos Açores, essa mesma observação dizia que nada iria mudar do ponto de vista da dominação política e social.

Nós vimos que esse alguém mudou completamente de posição política, mudou completamente de posição ideológica.

Mas o que é importante, é que do ponto de vista das práticas, que este Orçamento transparece e que este Orçamento novamente faz com que permaneça na sociedade açoriana uma política que o Dr. Jaime Gama caracterizou, e muito bem, como uma política de dominação económica, de criar uma subsidiopendência por parte da sociedade açoriana, de criar uma subsidiopendência por parte das empresas, de todos os agentes produtivos nos Açores, para assim conseguir, tal como dizia o cronista, um domínio político e assim limitar a liberdade das pessoas, a liberdade das pessoas poderem expressar-se livremente, de uma forma livre, dizendo aquilo em que acreditam e evidentemente expressando o seu ponto de vista de forma livre.

Dizia o Dr. Jaime Gama, se isto permitiria a criação de uma sociedade livre?

Diria o Dr. Jaime Gama, se este tipo de estrutura económica, que este Orçamento eterniza, se isto permitia a subsistência de uma sociedade livre?

Dizia ele, perguntava.

Eu acho, tenho a certeza que nós não vivemos numa sociedade livre e não vivemos numa sociedade livre porque este Orçamento significa a tentativa de

manutenção das amarras no povo açoriano, de forma a não deixar expressar-se de forma livre.

Vou terminar, dizendo o seguinte: há pouco o Sr. Deputado Artur Lima dizia que não respeitar uma bancada é quando se tomam posições absolutamente arbitrárias, sem sequer consultar os outros Deputados que a integram.

É verdade, eu ouvi num aparte, do líder da bancada do PS ...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, está no âmbito de uma declaração de voto, já lhe pedi e reitero, não pode falar, nem se referir diretamente, muito menos em questões que já nem sequer estão em cima da mesa, como foram os apartes que existiram no decorrer do debate.

O Orador: Com certeza, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Jaime Gama tem razão, realmente!

O Orador: Essa afirmação era uma afirmação que referenciava o seguinte: referenciava que era necessário introduzir um castigo a um Deputado que tinha realizado críticas ao PS.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão ...

O Orador: Devo dizer, para terminar, que eu aqui, exprimindo a minha opinião sobre o Orçamento, exprimindo a minha opinião sobre as políticas que este Orçamento representa e introduz, devo dizer que nunca desrespeito intelectualmente nenhum dos outros Deputados ou Membros do Governo que integram esta Mesa.

Mas evidentemente não me peçam para acreditar que alguém, de forma livre, vota contra e defende a discriminação das crianças e dos jovens do Corvo. Não posso acreditar! É o art.º 52.º do Orçamento, é disso que eu estou a falar e essa é uma das razões pela qual votei contra este Orçamento.

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado

O Orador: Termino Sra. Presidente.

Eu não posso acreditar que alguém o faça de forma consciente, que alguém possa avalizar a continuação da discriminação dos jovens e das crianças da sua ilha, votando favoravelmente uma medida que eterniza essa discriminação e essa desigualdade.

Eu não posso acreditar que isso possa acontecer!

Por isso a minha conclusão é que esse alguém foi de facto obrigado a votar assim pelo partido governamental.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão ...

Sr. Deputado André Bradford, pede a palavra para?

Deputado André Bradford (PS): Para defesa da honra.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apesar da minha honra, ter umas costas muito largas ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A minha honra!

Presidente: Defesa da honra da bancada. O líder parlamentar tem direito a utilizar a figura defesa da honra defender a bancada, Sras. e Srs. Deputados. Não é inédito nesta Casa.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão terá naturalmente oportunidade de justificar as expressões que utilizou.

Sr. Deputado André Bradford, para defesa da honra, tem a palavra.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Mesa deu a palavra ao Sr. Deputado André Bradford.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Orador: Apesar da minha honra ter umas costas bastante largas, bastante mais largas do que a capacidade que o Sr. Deputado tem de provocar incidentes pondo em causa a minha conduta e a conduta desta bancada, eu vejo-me obrigado perante a sua suposta declaração de voto ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Suposta?! Mas o que é isto?

O Orador: ... em relação ao Plano e ao Orçamento, lembrar-lhe uma só coisa, aliás sob forma de pergunta, Sr. Deputado: ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é defesa da honra? Não posso permitir isso?

O Orador: ... o que é o Sr. Deputado acha que os açorianos que nos acompanham valorizam mais: o que o senhor procurou no meu passado, as crónicas que eu escrevi no jornal ou o futuro desta Região e a preocupação com as condições de vida das pessoas?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): As regras são para todos!

Presidente: A pergunta é retórica. Srs. Deputados tenham calma!

Sr. Deputado André Bradford pode continuar.

O Orador: O que é que o Sr. Deputado acha que deve preocupar as pessoas que foram eleitas para representar os açorianos nesta Casa?

A defesa dos interesses, das aspirações, dos direitos dos açorianos, ou aquilo que o senhor acha de mim, ou aquilo que o senhor alega ter ouvido, ou aquilo que o senhor acha da capacidade intelectual dos membros desta bancada? O que é que o senhor acha? Fala esse juízo de consciência, Sr. Deputado!

Acha que foi eleito para vasculhar o meu passado? Acha que foi eleito para pôr em causa a qualidade intelectual deste ou daquele Deputado? Acha que foi eleito para vir aqui ...

Presidente: Sr. Deputado André Bradford, ...

O Orador: ... duvidar da capacidade dos outros? Não. O senhor foi eleito para defender aqueles que votaram em si e era isso que devia fazer aqui dentro!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, para esclarecimentos tem a palavra.

Dispõe também de três minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Lamento, Sra. Presidente, que tenha permitido que o Sr. Deputado tenha usado da palavra da forma como usou, que foi tudo menos a defesa da honra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Mas eu vou dizer-lhe o seguinte: o Sr. Deputado está muito incomodado por eu citar as suas posições públicas, não é a sua vida privada ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

O Orador: ... são as posições públicas que o senhor tomou.

O senhor gostava de arrancar estas páginas em que têm críticas ao Sr. ex-presidente Carlos César, em que tem críticas ao ex-secretário José Contente, o senhor gostava de não ter escrito isto, mas eu não tenho culpa que o senhor o tenha escrito ...

Deputado André Bradford (PS): Vale tudo!

O Orador: ... e no debate político há algo que é muito importante, vale referenciar as suas posições políticas. O que é que os açorianos acham de quem há uns anos defendia que a TAP não deveria existir? O que é que os açorianos acham de quem achava que o ex-presidente do Governo Regional era arrogante e depois aceitou integrar o Governo do mesmo?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O que é que os senhores acham de alguém que escreveu que as pessoas que integraram as juventudes partidárias, como por exemplo, o Presidente do Governo Regional, ou como por exemplo o Sr. Secretário Messias, que integraram e foram presidentes de juventudes partidárias, que o senhor lhes disse que eram escolas de maus costumes? O que é que os senhores acham de quem defendia isso e agora defende exatamente o contrário e de quem se senta ao lado das pessoas que insultou ...

Deputado André Bradford (PS): Eu não insultei ninguém!

O Orador: ... há 10, 11 ou 12 anos? O que é que os açorianos acham? Os açorianos acham que afinal o Sr. Deputado é um troca tintas! É o que os açorianos acham, Sr. Deputado!

Mais uma coisa, Sra. Presidente, só para terminar, reafirmo aquilo que disse: o senhor condenou uma proposta do CDS-PP, porque o Sr. Deputado Artur Lima, tinha feito críticas ao Governo. Essa proposta era para ser aprovada e o senhor disse que era um castigo!

Deputado André Bradford (PS): Isso é mentira!

O Orador: Reafirmo!

Deputado André Bradford (PS): Mentira! Mentira!

Presidente: Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos para o ponto 3 a nossa Agenda: **Relatório referente ao pedido de levantamento de imunidade parlamentar do Deputado João Paulo Valadão Corvelo, a fim de ser constituído arguido no âmbito do processo de inquérito n.º 16/17.8T9SCF.**

O relatório foi distribuído por todos.

Julgo não haver inscrições.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O relatório apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passo agora a ler a proposta de deliberação final: “**A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de novembro**”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de deliberação final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Estão concluídos os nossos trabalhos.

Muito obrigada a todos.

Um bom regresso a casa.

Eram 20 horas e 13 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Documentos entrados

1 – Propostas de Lei:

Assunto: Autoriza o Governo a criar o Sistema Nacional de Embarcações e Marítimos – n.º 105/XIII/3.^a (GOV) - n.º 122/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 11 – 27

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 12 – 18.

2 – Requerimentos:

Assunto: [Operacionalidade do Porto da Calheta](#)

Autor: António Pedroso (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 11 – 24

Referência: 54.03.05 – N.º 352/XI;

3 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Campanha de desratização na ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 11 – 24

Referência: 54.07.09 – N.º 308/XI;

Assunto: [Desleixo e falta de profissionalismo atroz no serviço de medicina veterinária da ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 11 – 24

Referência: 54.07.09 – N.º 312/XI;

Assunto: [Lagarta dos Pastos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 11 – 24

Referência: 54.04.08 – N.º 319/XI;

4 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício com envio de Atas das reuniões do Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras, em cumprimento do estabelecido no n.º 8 do artigo 15.º da Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro

Proveniência: Manuela Proença, Presidente do Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras

Data de Entrada: 2017 – 11 – 27.

5 - Relatórios:

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao período legislativo de novembro](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 11 – 28;

Assunto: [Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Mário José Dinis Tomé](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 11 – 27;

Assunto: [Pedido de levantamento de imunidade parlamentar do Deputado João Paulo Valadão Corvelo a fim de ser constituído Arguido, prestar TIR e ser interrogado no âmbito do processo de inquérito n.º 16/17.8T9SCF](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 11 – 27;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao período legislativo de novembro](#)

Proveniência: [Comissão de Assuntos Sociais](#)

Data de Entrada: 2017 – 11 – 27;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que altera os princípios orientadores da Organização e Gestão de Currículos dos ensinos básico e secundário, da avaliação do ensino e das aprendizagens e do processo de desenvolvimento do currículo dos Ensinos Básico e Secundário – MEDU \(Reg. DL 326/2017\) – 56/XI-GR](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 11 – 27.

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao período legislativo de novembro](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 11 – 27.

6 – Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários da Assembleia n. °s 33 e 34, bem como a Separata n. ° 5/XI.

Transcrição efetuada por *Noélia Escobar*